



Receita Federal

2º SIMULADO ESPECIAL

RECEITA FEDERAL

Auditor Fiscal
Pré-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **Receita Federal**, cargo de **Auditor Fiscal**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/CbT6iqc6TPghd3ZeA>

01 - ABCDE	21 - ABCDE	41 - ABCDE	61 - ABCDE	81 - ABCDE	101 - ABCDE	121 - ABCDE
02 - ABCDE	22 - ABCDE	42 - ABCDE	62 - ABCDE	82 - ABCDE	102 - ABCDE	122 - ABCDE
03 - ABCDE	23 - ABCDE	43 - ABCDE	63 - ABCDE	83 - ABCDE	103 - ABCDE	123 - ABCDE
04 - ABCDE	24 - ABCDE	44 - ABCDE	64 - ABCDE	84 - ABCDE	104 - ABCDE	124 - ABCDE
05 - ABCDE	25 - ABCDE	45 - ABCDE	65 - ABCDE	85 - ABCDE	105 - ABCDE	125 - ABCDE
06 - ABCDE	26 - ABCDE	46 - ABCDE	66 - ABCDE	86 - ABCDE	106 - ABCDE	126 - ABCDE
07 - ABCDE	27 - ABCDE	47 - ABCDE	67 - ABCDE	87 - ABCDE	107 - ABCDE	127 - ABCDE
08 - ABCDE	28 - ABCDE	48 - ABCDE	68 - ABCDE	88 - ABCDE	108 - ABCDE	128 - ABCDE
09 - ABCDE	29 - ABCDE	49 - ABCDE	69 - ABCDE	89 - ABCDE	109 - ABCDE	129 - ABCDE
10 - ABCDE	30 - ABCDE	50 - ABCDE	70 - ABCDE	90 - ABCDE	110 - ABCDE	130 - ABCDE
11 - ABCDE	31 - ABCDE	51 - ABCDE	71 - ABCDE	91 - ABCDE	111 - ABCDE	131 - ABCDE
12 - ABCDE	32 - ABCDE	52 - ABCDE	72 - ABCDE	92 - ABCDE	112 - ABCDE	132 - ABCDE
13 - ABCDE	33 - ABCDE	53 - ABCDE	73 - ABCDE	93 - ABCDE	113 - ABCDE	133 - ABCDE
14 - ABCDE	34 - ABCDE	54 - ABCDE	74 - ABCDE	94 - ABCDE	114 - ABCDE	134 - ABCDE
15 - ABCDE	35 - ABCDE	55 - ABCDE	75 - ABCDE	95 - ABCDE	115 - ABCDE	135 - ABCDE
16 - ABCDE	36 - ABCDE	56 - ABCDE	76 - ABCDE	96 - ABCDE	116 - ABCDE	136 - ABCDE
17 - ABCDE	37 - ABCDE	57 - ABCDE	77 - ABCDE	97 - ABCDE	117 - ABCDE	137 - ABCDE
18 - ABCDE	38 - ABCDE	58 - ABCDE	78 - ABCDE	98 - ABCDE	118 - ABCDE	138 - ABCDE
19 - ABCDE	39 - ABCDE	59 - ABCDE	79 - ABCDE	99 - ABCDE	119 - ABCDE	139 - ABCDE
20 - ABCDE	40 - ABCDE	60 - ABCDE	80 - ABCDE	100 - ABCDE	120 - ABCDE	140 - ABCDE

RANKING

Confira sua nota e posição no Ranking Classificatório e saiba o seu desempenho.

<http://estrategia.ac/gxrb0z>

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/4cSlpXm>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Luiz Felipe*

1. Assinale a alternativa em que a concordância verbal está de acordo com a norma culta:

- a) Fazem dez anos que a escola promove a feira de ciências.
- b) Havia muitos alunos interessados na palestra.
- c) Aluga-se salas comerciais neste edifício.
- d) Devem existir soluções viáveis para o problema.
- e) Havia diversas questões a serem resolvidas na reunião.

2. Assinale a alternativa que apresenta erro de regência verbal:

- a) Assisti ao documentário sobre a história do bairro.
- b) Prefiro estudar de manhã a estudar à noite.
- c) Esqueci o caderno em casa hoje.
- d) O cargo a que aspiro exige muita dedicação.
- e) O diretor assistiu o desfile com atenção.

3. Assinale a alternativa em que o uso do acento grave indicativo de crase está correto:

- a) Entreguei o relatório à ele na reunião de ontem.
- b) Voltamos à Salvador, nossa cidade natal.
- c) Refiro-me à diretora da escola, que foi muito atenciosa.
- d) Começou à trabalhar mais cedo neste mês.
- e) Fomos à pé até o centro da cidade.

4. Leia o trecho: "O prefeito, que havia prometido melhorias, anunciou as obras ontem."

Sobre a pontuação do trecho, é correto afirmar que:

- a) A vírgula é facultativa, pois a oração é restritiva.
- b) As vírgulas isolam uma oração subordinada adjetiva explicativa.
- c) As vírgulas são inadequadas, pois separam o sujeito do verbo.
- d) A primeira vírgula poderia ser substituída por ponto e vírgula sem prejuízo.
- e) A oração entre vírgulas é coordenada assindética.

5. Assinale a alternativa em que o conectivo destacado estabelece relação de CONCESSÃO:

- a) Ele estudou muito, porque queria passar na prova.
- b) Embora estivesse cansado, continuou estudando.
- c) Estude bastante para que alcance seus objetivos.
- d) Conforme combinamos, a prova será amanhã.
- e) Choveu tanto que a rua alagou.

6. "Os alunos estudaram para a prova; a professora corrigiu as redações."

Ao transformar o trecho em um período com ideia de finalidade, a reescrita correta é:

- a) Os alunos estudaram para a prova, porque a professora corrigiu as redações.
- b) A professora corrigiu as redações, embora os alunos estudassem para a prova.
- c) Os alunos estudaram para a prova, enquanto a professora corrigia as redações.
- d) A professora corrigiu as redações, pois os alunos estudaram para a prova.
- e) Os alunos estudaram para a prova, a fim de que a professora corrigisse as redações.

7. Assinale a alternativa em que a colocação do pronome oblíquo átono está de acordo com a norma culta:

- a) Me empresta o livro amanhã, por favor.
- b) Não me diga que você desistiu agora.
- c) Se entregou ao inimigo sem resistência.
- d) Quando viram-me na rua, acenaram alegremente.
- e) Ele nunca falou-me a verdade sobre o caso.

8. Leia a frase: "O diretor entregou o prêmio ao aluno."

A transformação para a voz passiva analítica correta é:

- a) O aluno foi entregue o prêmio pelo diretor.
- b) O prêmio foi entregue ao aluno pelo diretor.
- c) O prêmio foi entregue ao diretor pelo aluno.
- d) Entregou-se o prêmio ao diretor pelo aluno.
- e) O aluno foi premiado pelo diretor com o prêmio.

9. Leia o trecho de um artigo de opinião:

"O aumento da violência urbana preocupa especialistas. Segundo o Atlas da Violência, os homicídios cresceram 4% no último ano. Na minha opinião, essa realidade exige políticas **públicas mais eficazes.**"

Sobre a distinção entre fato e opinião no trecho, é correto afirmar que:

- a) O trecho em destaque é uma opinião, pois apresenta um dado numérico.
- b) "Preocupa especialistas" é um fato, pois é verificável.
- c) O trecho em destaque é um fato, pois apresenta dado verificável com fonte indicada.
- d) "Na minha opinião" introduz um fato comprovado por pesquisa.
- e) Todo o trecho é opinativo, pois foi escrito por um articulista.

10. Assinale a alternativa em que a palavra destacada foi empregada em sentido CONOTATIVO:

- a) O coração do paciente bateu normalmente durante a cirurgia.
- b) Ela comprou um vestido azul para a festa.
- c) O coração da cidade fica no centro histórico.
- d) As folhas da árvore caíram no outono.
- e) O médico recomendou repouso total ao paciente.

LÍNGUA INGLESA*Andrea Belo***Read carefully: how to spot – and avoid – a homoglyph attack**

You've read the email carefully and it looks legitimate. The link it asks you to click on has none of the usual red flags: there are no weird numbers or extra parts to the URL. You feel safe to proceed.

But if you had looked slightly closer you may have noticed something slightly wrong with one of the characters. Just as in the headline of this piece where instead of "a" we used the Cyrillic "α".

Fraudsters can use letters from different alphabets to create URLs and email addresses that look almost identical to the real thing, but in reality send anyone who clicks on them to a spoof website or inbox. From there they can harvest personal details to use in their scams.

There are other letters and symbols that are easily switched. Last year tech experts spotted fraudsters using the Japanese hiragana character ゴ to look like a / in an address designed to look as though it was on Booking.com's website.

The fraudsters love Microsoft as a company identity to spoof. A fake site might use the Cyrillic "c" instead of the Latin "c" (microsoft v microsoft).

This type of fraud – known as a homoglyph attack – is becoming increasingly popular. A homoglyph is a character that looks very similar, or even identical, to another one.

Most phishing attacks are designed to point people to links these days instead of downloading attachments. Attachments can easily be scanned and caught by security software if malicious.

Homoglyph attacks are really more of a psychological trick than a technical one, because the fraudsters are typically trying to panic you into responding quickly, rather than taking time to check things out. The goal is to create a sense of panic so you don't look too closely at the URL. They're betting that when we're in a rush, our brains see what we expect to see. It just goes to show that the split-second decision you make when clicking a link is often the most vulnerable part of the whole security chain.

What it looks like? The real thing. Until you look closely. You will receive an email or text message

suggesting you need to click on a URL or email to sort something out. Some fonts make substitutions almost impossible to detect. In an email address given in comic sans, for example, the Cyrillic a does not look at all out of place.

If it's a URL, typically it will lead to a site that encourages you to enter your credentials for the real site, including your username, password and even a one-time passcode.

What to do? If you are sent a link, take a moment to think rather than reacting immediately. If any text, WhatsApp or email is asking you to log in anywhere, it is vital that you independently visit the genuine website rather than trusting the link in front of you to save a few seconds. And apply the same thinking to email addresses. Type in the address you know to be correct, rather than clicking on a link.

Keep your browser updated. It will flag up suspicious websites, and by keeping it updated it will catch the criminals' latest workarounds. Put in place two-factor authentication, or multifactor authentication (2FA or MFA), which means you have two steps to log into a site. If you find that your details have been compromised, change your passwords immediately. Contact your bank and report the phishing attack to Report Fraud.

Adapted from: <https://www.theguardian.com/money/2026/sep/20/how-to-spot-avoid-homoglyph-attack-scam>

11. Based on the text, mark the statements below as TRUE (T) or FALSE (F).

- I. Fraudsters succeed by exploiting victims' careful and unhurried reading of suspicious messages.
- II. According to the text, homoglyph attacks rely more on psychological manipulation than on technical sophistication.
- III. The text indicates that malicious attachments remain, at present, the primary vector exploited in phishing attempts.

The statements are, respectively,

- a) T – T – F.
- b) F – T – F.
- c) T – F – T.
- d) F – T – T.
- e) T – T – T

12. In the opening paragraph, the expression *red flags* mean

- a) bright colors typically used in fraudulent emails.
- b) official governmental alerts issued to the main public.
- c) urgent calls for immediate financial action.
- d) formal complaints filed against a company.
- e) warning signs that indicate a potential danger

13. The aim of the text is to offer the idea that

- a) technology alone is capable of fully preventing homoglyph attacks, making user awareness largely unnecessary.
- b) awareness, a deliberate pause before acting, and basic security habits are the most effective defense against a deception designed to exploit split-second decisions.
- c) homoglyph attacks succeed mainly because victims fail to keep their antivirus software updated.
- d) malicious attachments remain, according to the text, the greatest phishing risk currently faced by users.
- e) only trained technology experts are capable of detecting homoglyph attacks in practice

14. In the sentence "if you had looked slightly closer you may have noticed something slightly wrong" (2nd paragraph). This structure expresses

- a) an open condition with a realistic chance of happening in the future.
- b) a general truth that applies regardless of circumstances.
- c) a hypothetical situation that is contrary to what actually happened in the past.
- d) a polite request concerning a future action.
- e) a present, ongoing hypothesis about someone's current habits

15. Taking the text as a whole, its communicative purpose can best be described as offering both

- a) a confession and an apology.
- b) a prediction and a threat.
- c) an accusation and a formal demand.
- d) a complaint and a rebuttal.
- e) an explanation of a deceptive technique and a set of practical preventive measures

16. In the excerpt "rather than taking time to check things out" (8th paragraph), the connector *rather than* could be replaced, without change in meaning, by

- a) as opposed to.
- b) provided that.
- c) even though.
- d) in addition to.
- e) now that

17. In the sentence "It will flag up suspicious websites, and by keeping it updated it will catch the criminals' latest workarounds" (12th paragraph), the pronoun *it* (in both occurrences) refers to

- a) the criminals' latest workaround.
- b) a suspicious website.
- c) your browser.
- d) two-factor authentication.
- e) the phishing attack

18. In "you may have noticed something slightly wrong with one of the characters" (2nd paragraph), the modal structure *may have noticed* expresses

- a) certainty about an action that did take place in the past.
- b) an obligation that existed in the past.
- c) a past possibility regarding an action that, in fact, did not take place.
- d) a prediction about a future event.
- e) a present ability or skill

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO*Eduardo Mocellin*

19. Em uma caixa há 9 cliques azuis, 7 cliques verdes, 5 cliques amarelos e 3 cliques vermelhos, todos idênticos entre si, exceto pela cor. Rita retira os cliques da caixa, um a um, sem olhar para o seu interior.

O menor número de cliques que Rita deve retirar para ter certeza de obter 6 cliques de uma mesma cor é

- a) 16.
- b) 18.
- c) 19.
- d) 21.
- e) 24.

20. Considere a sequência numérica a seguir, construída segundo um padrão lógico que se repete indefinidamente.

7, 10, 20, 23, 46, 49, 98, 101, ...

A soma dos algarismos do número que ocupa a 15ª posição nessa sequência é

- a) 14.
- b) 16.
- c) 17.
- d) 19.
- e) 20.

21. Considere verdadeira a afirmação a seguir.

Se o auto de infração for lavrado, então o contribuinte será notificado ou o processo será arquivado.

A negação da afirmação acima é

- a) o auto de infração é lavrado, o contribuinte não é notificado e o processo não é arquivado.
- b) o auto de infração é lavrado e o contribuinte não é notificado ou o processo não é arquivado.
- c) se o auto de infração for lavrado, então o contribuinte não será notificado e o processo não será arquivado.

d) o auto de infração não é lavrado e o contribuinte é notificado ou o processo é arquivado.

e) se o contribuinte não for notificado e o processo não for arquivado, então o auto de infração não será lavrado.

22. Cinco auditores, Ana, Beto, Caio, Duda e Elis, ocupam, cada um, uma das cinco salas de um corredor, numeradas de 1 a 5, nessa ordem. Duas salas são vizinhas quando seus números são consecutivos. Sabe-se que:

- Caio ocupa a sala central do corredor;
- Elis ocupa uma sala vizinha à de Caio;
- Beto não ocupa a sala 5 e o número da sala de Beto é maior que o número da sala de Ana;
- Ana e Beto não ocupam salas vizinhas.

É correto afirmar que

- a) Ana e Elis ocupam salas vizinhas.
- b) Duda ocupa uma sala vizinha à de Caio.
- c) Beto ocupa a sala 2.
- d) Elis ocupa a sala 4.
- e) Ana ocupa uma sala vizinha à de Caio.

23. Em um triângulo retângulo, a hipotenusa mede 26 cm e o raio da circunferência inscrita nesse triângulo mede 4 cm.

A área desse triângulo, em centímetros quadrados, é igual a

- a) 60.
- b) 104.
- c) 112.
- d) 120.
- e) 240.

24. Há 5 anos, a idade de Marcos era o triplo da idade de sua filha Júlia. Daqui a 7 anos, a idade de Marcos será o dobro da idade de Júlia.

A idade atual de Marcos, em anos, é

- a) 17.
- b) 36.
- c) 41.
- d) 48.
- e) 58.

25. Uma gráfica dispõe de três rolos de papel, com 168 cm, 252 cm e 420 cm de comprimento. Todos os rolos serão cortados em pedaços de mesmo comprimento, expresso por um número inteiro de centímetros, sem que haja sobra de papel.

Sendo o comprimento dos pedaços o maior possível, o número total de pedaços obtidos é

- a) 7.
- b) 10.
- c) 20.
- d) 30.
- e) 40.

26. Em uma operação de fiscalização, 60% dos estabelecimentos vistoriados eram do setor de comércio e os demais eram do setor de serviços. Constatou-se irregularidade em 25% dos estabelecimentos do setor de comércio e em 45% dos estabelecimentos do setor de serviços.

O percentual dos estabelecimentos vistoriados que não apresentaram irregularidade é

- a) 33%.
- b) 63%.
- c) 65%.
- d) 67%.
- e) 75%.

ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

27. Em uma análise preliminar de dados relativos ao valor, em milhares de reais, de determinadas operações fiscalizadas, foram selecionadas cinco observações:

4, 6, 8, 10, 12.

Considere que, por razões metodológicas, seja definida uma nova variável Y por

$$Y = 3X - 5.$$

Assinale a afirmativa correta.

- a) A média de Y é igual a 19 e a variância amostral de Y é igual à variância amostral de X .
- b) A média de Y é igual a 19 e a variância amostral de Y é igual a 3 vezes a variância amostral de X .
- c) A média de Y é igual a 19 e a variância amostral de Y é igual a 9 vezes a variância amostral de X .
- d) A média de Y é igual a 13 e a variância amostral de Y é igual a 9 vezes a variância amostral de X .
- e) A média de Y é igual a 19 e o desvio-padrão amostral de Y é igual a 9 vezes o desvio-padrão amostral de X .

28. Uma unidade da Administração Tributária recebe documentos provenientes de três sistemas distintos. A participação de cada sistema no total de documentos recebidos é:

$$P(A) = 0,50, P(B) = 0,30, P(C) = 0,20.$$

A probabilidade de um documento apresentar determinado tipo de inconsistência I , condicionada ao sistema de origem, é:

$$P(I | A) = 0,02, P(I | B) = 0,05, P(I | C) = 0,10.$$

Um documento é selecionado aleatoriamente e verifica-se que ele apresenta a inconsistência I .

A probabilidade de esse documento ter sido originado no sistema C é

- a) $\frac{1}{5}$.
- b) $\frac{2}{5}$.
- c) $\frac{4}{9}$.
- d) $\frac{1}{2}$.
- e) $\frac{5}{9}$.

29. Uma equipe deseja estimar a média μ do valor de determinada variável associada às declarações analisadas por uma unidade fiscal. Sabe-se que a população possui distribuição normal e que seu desvio-padrão é conhecido e igual a 4.

Foi selecionada uma amostra aleatória simples de 16 declarações, para a qual se obteve média amostral igual a 52.

Um auditor deseja verificar, ao nível de significância de 5%, se há evidência estatística de que a média populacional seja diferente de 49. Considere, para o teste bilateral de 5%, o valor crítico $z_{0,975} = 2$.

Com base nessas informações, analise as seguintes afirmações:

- I. A estatística do teste é igual a 3.
- II. A hipótese nula é rejeitada ao nível de significância de 5%.
- III. O intervalo de confiança bilateral de 95% para μ , construído a partir da mesma amostra, é $[50, 54]$.

IV. O valor 49 pertence ao intervalo de confiança de 95%, razão pela qual a hipótese nula não poderia ser rejeitada.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas I e II estão corretas.
- b) Apenas I e III estão corretas.
- c) Apenas II e IV estão corretas.
- d) Apenas I, II e III estão corretas.
- e) I, II, III e IV estão corretas.

30. Uma série temporal referente ao número mensal de procedimentos concluídos por determinada unidade apresentou os seguintes valores nos cinco primeiros meses de acompanhamento:

100, 110, 90, 120, 100.

Para o sexto mês, um analista considera dois métodos de previsão:

- média móvel ponderada de três períodos, atribuindo pesos 1, 2 e 3 às três observações mais recentes, respectivamente, sendo o maior peso associado à observação mais recente;
- suavização exponencial simples, com parâmetro $\alpha = 0,5$, sendo conhecida a previsão para o segundo período, $F_2 = 100$.

Considere a convenção:

$$F_{t+1} = \alpha Y_t + (1 - \alpha)F_t.$$

Com base nesses procedimentos, assinale a afirmativa correta.

- A média móvel ponderada produz previsão igual a 105, enquanto a suavização exponencial produz previsão igual a 104,375.
- A média móvel ponderada produz previsão igual a 103,33, enquanto a suavização exponencial produz previsão igual a 104,375.
- A média móvel ponderada produz previsão igual a 105, enquanto a suavização exponencial produz previsão igual a 105.
- A média móvel ponderada produz previsão igual a 104,375, enquanto a suavização exponencial produz previsão igual a 105.
- A média móvel ponderada produz previsão igual a 105, enquanto a suavização exponencial produz previsão igual a 102,5.

31. Considere o modelo de regressão linear múltipla

$$Y = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \varepsilon,$$

estimado pelo método dos mínimos quadrados.

Após centralização das variáveis em relação às respectivas médias, foram obtidas as seguintes somas:

$$\sum x_1^2 = 20, \sum x_2^2 = 20, \sum x_1 x_2 = 0, \\ \sum x_1 y = 40, \sum x_2 y = -20.$$

Sabe-se ainda que

$$\bar{X}_1 = \bar{X}_2 = 0 \text{ e } \bar{Y} = 10.$$

Com base nessas informações, o valor previsto para Y quando

$$X_1 = 3 \text{ e } X_2 = -2$$

é

- 12.
- 14.
- 16.
- 18.
- 20.

32. Em determinado modelo de regressão logística, a probabilidade p de ocorrência de um evento é modelada por

$$\ln\left(\frac{p}{1-p}\right) = -\ln 4 + (\ln 3)X,$$

em que X é uma variável binária que assume os valores 0 e 1.

Com base nesse modelo, assinale a afirmativa correta.

- Para $X = 0$, a probabilidade de ocorrência do evento é $1/4$, e a razão de chances associada a X é igual a 2.
- Para $X = 0$, a probabilidade de ocorrência do evento é $1/5$, e a razão de chances associada a X é igual a 3.
- Para $X = 1$, a probabilidade de ocorrência do evento é $1/2$, e a razão de chances associada a X é igual a 3.
- A passagem de $X = 0$ para $X = 1$ aumenta a probabilidade do evento em exatamente 60 pontos percentuais.
- A passagem de $X = 0$ para $X = 1$ triplica diretamente a probabilidade de ocorrência do evento.

ECONOMIA*Celso Natale*

33. A reforma tributária sobre o consumo, promovida pela Emenda Constitucional nº 132/2023, que institui um IVA dual composto pela CBS e pelo IBS, reacendeu o debate sobre os efeitos da tributação na eficiência e na equidade.

Sobre esse tema, analise as afirmativas a seguir.

- I. Pelo princípio da capacidade de pagamento, contribuintes em situação equivalente devem arcar com o mesmo ônus (equidade horizontal), e aqueles com maior capacidade contributiva devem arcar com ônus maior (equidade vertical), o que fundamenta a adoção de alíquotas progressivas no imposto de renda.
- II. Em um mercado competitivo, a repartição do ônus econômico de um imposto específico independe de o tributo ser recolhido pelos vendedores ou pelos compradores, e a maior parcela do ônus recai sobre o lado do mercado cuja curva é relativamente menos elástica.
- III. Quanto mais elásticas forem a demanda e a oferta do bem tributado, menor será a perda de peso morto do imposto, uma vez que os agentes conseguem ajustar com facilidade as quantidades transacionadas.
- IV. Com curvas de oferta e de demanda lineares, dobrar a alíquota de um imposto específico dobra a perda de peso morto, razão pela qual tributar muitas bases com alíquotas baixas é tão eficiente quanto tributar poucas bases com alíquotas elevadas.

Está correto o que se afirma em

- a) II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) III e IV, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) I, II e IV, apenas.

34. Considere o modelo IS-LM-BP (Mundell-Fleming) para uma economia pequena, com perfeita mobilidade de capitais, preços rígidos no curto prazo e expectativas cambiais estáticas.

Avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Sob câmbio flutuante, uma expansão monetária reduz a taxa de juros doméstica, provoca saída de capitais e depreciação da moeda nacional; no novo equilíbrio, a renda é maior e a taxa de juros doméstica permanece abaixo da internacional.
- () Sob câmbio flutuante, uma expansão fiscal não altera o nível de renda de equilíbrio, pois a apreciação cambial decorrente da entrada de capitais reduz as exportações líquidas no mesmo montante do aumento dos gastos do governo.
- () Sob câmbio fixo, uma expansão monetária é ineficaz, pois a pressão por depreciação obriga o banco central a vender reservas internacionais, o que contrai a oferta de moeda até o seu nível inicial.
- () Sob câmbio fixo, uma desvalorização da moeda nacional decidida pela autoridade monetária não afeta a renda, pois o banco central esteriliza integralmente seus efeitos sobre a oferta de moeda.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) V – V – V – F.
- b) F – V – V – F.
- c) F – F – V – V.
- d) V – F – F – V.
- e) F – V – F – F.

35. O debate sobre regras fiscais no Brasil, do teto de gastos (EC nº 95/2016) ao Regime Fiscal Sustentável (LC nº 200/2023), tem como pano de fundo a trajetória da relação entre dívida pública e PIB.

Considere um país cuja dívida pública corresponde a 80% do PIB, com taxa nominal de juros implícita da dívida de 11% a.a., inflação de 4% a.a. e crescimento real do PIB de 2% a.a. Não há senhoriagem nem ajustes patrimoniais.

Considerando tempo contínuo e aproximando a taxa real de juros pela diferença entre a taxa nominal de juros e a inflação, o superávit primário que estabiliza a relação dívida/PIB e o valor dessa relação ao final de um ano em que o governo obtenha superávit primário de 1% do PIB são, respectivamente, de aproximadamente

- a) 4,0% do PIB e 83,0%.
- b) 4,0% do PIB e 85,0%.
- c) 5,0% do PIB e 84,0%.
- d) 5,6% do PIB e 84,6%.
- e) 7,2% do PIB e 86,2%.

FINANÇAS PÚBLICAS

Leandro Ravyelle

36. Durante a análise do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado Ravy, a equipe técnica verificou quais matérias deveriam constar desse instrumento, diferenciando-as dos demonstrativos e conteúdos próprios da Lei Orçamentária Anual.

Nesse contexto, a Lei de Diretrizes Orçamentárias deverá conter, entre outras previsões,

- a) demonstrativo da receita e da despesa segundo categorias econômicas, integrante do balanço orçamentário.
- b) orçamento fiscal referente aos Poderes, fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta.

c) demonstrativo regionalizado dos efeitos de benefícios tributários, financeiros e creditícios sobre receitas e despesas.

d) parâmetros e limites para a elaboração das propostas orçamentárias da ALECE, do Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Estado.

e) quadro discriminativo da despesa por unidade orçamentária, programa de trabalho e natureza da despesa.

37. A Lei Orçamentária Anual de determinado ente público, referente ao exercício financeiro de 2026,

a) segundo a LRF, deve conter o Anexo de Metas Fiscais, com avaliação do cumprimento das metas relativas ao exercício anterior.

b) segundo a Constituição Federal, cumpre o princípio da exclusividade ao autorizar a abertura de crédito especial com lei específica.

c) segundo a Constituição Federal, poderá conter previsões de despesas para exercícios seguintes, com a especificação dos investimentos plurianuais e daqueles em andamento.

d) segundo a Lei nº 4.320/1964, cumpre o princípio da universalidade ao registrar receitas e despesas pelo valor real, deduzidas as compensações legais.

e) segundo a Lei nº 4.320/1964, deve classificar a aquisição de veículo novo e a construção de prédio público como inversões financeiras.

38. Durante a análise do Projeto de Lei Orçamentária Anual da União, determinado parlamentar pretendeu destinar recursos de sua emenda individual impositiva ao Estado de São Paulo, para aplicação em obras de infraestrutura e urbanização da capital. A assessoria técnica informou que a Constituição admite a transferência direta de recursos a outros entes federativos, desde que observada a modalidade constitucional adequada e as restrições aplicáveis.

Considerando a disciplina constitucional das emendas parlamentares impositivas e das transferências especiais, assinale a alternativa correta.

- a) As emendas individuais impositivas somente podem ser executadas diretamente pela União, sendo vedada a transferência dos recursos a Estados, Distrito Federal ou Municípios.
- b) As transferências especiais exigem, como regra, a celebração de convênio ou instrumento congênere entre a União e o ente beneficiado.
- c) Os recursos transferidos por emenda individual impositiva na modalidade transferência especial pertencem ao ente beneficiado no ato da efetiva transferência financeira.
- d) A execução obrigatória das emendas individuais impede limitação de empenho, ainda que haja risco de descumprimento da meta fiscal.
- e) As transferências especiais podem ser destinadas, em caráter especial, ao pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista do ente beneficiado.

ADMINISTRAÇÃO GERAL

Stefan Fantini

39. Entre as funções que compõem o processo administrativo, uma delas está diretamente relacionada à condução das atividades e à influência sobre as pessoas, buscando orientá-las e motivá-las para a execução do que foi planejado.

Essa função é denominada:

- a) organização
- b) direção
- c) planejamento
- d) controle
- e) distribuição

40. Em determinada entidade pública, Mário Bros tem como atribuição comunicar à sociedade informações sobre projetos desenvolvidos e resultados alcançados pela organização. João das Neves, por sua vez, é responsável por repassar informações relevantes aos demais integrantes da própria entidade.

Considerando os papéis do administrador, esses dois servidores desempenham, respectivamente, papéis:

- a) interpessoais, de porta-voz e disseminador, respectivamente.
- b) informacionais, de disseminador e porta-voz, respectivamente.
- c) interpessoais, de disseminador e porta-voz, respectivamente.
- d) informacionais, de porta-voz e disseminador, respectivamente.
- e) interpessoais, de porta-voz e monitor, respectivamente.

41. Em uma organização, determinado tipo de planejamento é elaborado pelos gestores do nível intermediário, possui foco no médio prazo e concentra-se em uma área, departamento ou unidade específica.

Esse tipo de planejamento é denominado:

- a) planejamento institucional
- b) planejamento estratégico
- c) planejamento operacional
- d) planejamento tático
- e) planejamento global

42. Os fragmentos a seguir foram extraídos da aba Institucional do site da Receita Federal.

“Nós administramos o sistema tributário e aduaneiro, contribuindo para o bem-estar econômico e social do país.”

“Seremos reconhecidos como essenciais ao progresso do país, engajados na inovação, na promoção da conformidade tributária e aduaneira e na oferta de serviços de excelência à sociedade.”

“Integridade, imparcialidade, profissionalismo e transparência.”

Esses fragmentos representam, respectivamente:

- a) a visão, a missão e os valores da Receita Federal.
- b) a missão, os valores e a visão da Receita Federal.
- c) a missão, a visão e os valores da Receita Federal.
- d) a visão, os valores e a missão da Receita Federal.
- e) os valores, a visão e a missão da Receita Federal.

43. Durante a aplicação da análise SWOT, uma empresa constatou que parte significativa de suas unidades apresenta funcionários sem a qualificação necessária e utiliza equipamentos tecnologicamente defasados. Também verificou que um de seus principais concorrentes encerrou as atividades em razão de falência.

De acordo com a análise SWOT, essas constatações correspondem, respectivamente, a:

- a) ameaças ao alcance de seus objetivos e oportunidades a serem aproveitadas.
- b) oportunidades de treinamento a serem aproveitadas pela empresa e forças no ambiente externo.
- c) forças de outras organizações perante a empresa e oportunidades ambientais.
- d) fraquezas que colocam a empresa em uma situação desfavorável e oportunidades no ambiente externo.
- e) fraquezas que colocam a empresa em uma situação desfavorável e forças no ambiente externo.

44. A organização SF123 combina uma estrutura baseada em funções, de caráter permanente e vertical, com uma estrutura voltada a projetos ou produtos, de caráter temporário e horizontal. Essa estrutura não leva em consideração o princípio da unidade de comando.

Essa estrutura é denominada:

- a) linear
- b) linha-staff
- c) matricial
- d) por processos
- e) funcional

45. Em uma indústria, o gerente Mário Bros deseja acompanhar a execução das atividades produtivas enquanto elas ocorrem, de modo a identificar e corrigir eventuais desvios durante o próprio processo.

Nesse caso, um exemplo de controle simultâneo é:

- a) programa de manutenção preventiva
- b) inspeção de matérias-primas
- c) supervisão direta das atividades
- d) controle de qualidade das peças produzidas
- e) inspeção de insumos e equipamentos

46. Ao se deparar com uma situação já prevista pelas normas da organização, um empregado consultou os procedimentos existentes e adotou a solução previamente estabelecida para o caso.

Essa situação caracteriza uma decisão:

- a) não programada;
- b) programada;
- c) intuitiva;
- d) analítica;
- e) ponderada.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA*Rodrigo Rennó*

47. A governança pública, nos termos do Decreto nº 9.203/2017, compreende o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

A respeito da governança pública, assinale a opção correta.

- a) A governança confunde-se com a gestão, pois ambas se ocupam da execução direta das atividades operacionais do órgão.
- b) Os mecanismos de governança pública limitam-se ao controle exercido pelas unidades de auditoria interna.
- c) A governança pública é conduzida pelos tribunais de contas, no exercício do controle externo, não alcançando a alta administração do órgão.
- d) A governança pública envolve avaliar, direcionar e monitorar a gestão, apoiando-se em mecanismos de liderança, estratégia e controle.
- e) A liderança, como mecanismo de governança, resume-se à autoridade formal do cargo, não abrangendo aspectos como integridade e competência.

48. A gestão de riscos, integrada à governança e ao planejamento das organizações públicas, desenvolve-se por um processo que inclui o estabelecimento do contexto, a identificação, a análise, a avaliação e o tratamento dos riscos, além da comunicação e do monitoramento contínuos.

Sobre a gestão de riscos no setor público, assinale a opção correta.

- a) O risco é definido como a possibilidade de perdas ou danos, não abrangendo eventos que representem oportunidades para a organização.

- b) O tratamento dos riscos pode envolver, entre outras opções, evitar, mitigar, transferir (compartilhar) ou aceitar o risco.

- c) A gestão de riscos deve ficar restrita ao nível estratégico, não alcançando os processos e as atividades operacionais.

- d) A identificação dos riscos ocorre após o seu tratamento, etapa que encerra o processo de gestão de riscos.

- e) A responsabilidade pela estruturação da gestão de riscos recai sobre os órgãos de controle externo, e não sobre a alta administração.

49. A administração pública brasileira é usualmente descrita a partir de três modelos — patrimonialista, burocrático e gerencial —, que refletem diferentes concepções sobre a relação entre Estado e sociedade e sobre a forma de controle da atividade administrativa.

Assinale a opção correta a respeito desses modelos.

- a) O modelo gerencial conserva princípios burocráticos essenciais, como a impessoalidade, mas desloca o foco para os resultados e para o controle a posteriori.
- b) No modelo patrimonialista, há nítida separação entre o patrimônio público e o do governante, o que coíbe o nepotismo.
- c) O modelo burocrático, idealizado por Weber, caracteriza-se pela flexibilidade de procedimentos e pelo foco no cidadão-cliente.
- d) A administração gerencial rompe com a profissionalização do serviço público, prescindindo de concurso e de carreira.
- e) No Brasil, o modelo gerencial antecedeu historicamente o modelo burocrático na estruturação do Estado.

50. A Nova Gestão Pública (NGP) e a administração por resultados propõem deslocar o foco da administração dos procedimentos e insumos para os resultados entregues à sociedade.

Sobre a Nova Gestão Pública e a gestão por resultados, assinale a opção correta.

- a) A gestão por resultados apoia-se no controle formal dos processos, prescindindo da definição de indicadores de desempenho.
- b) A NGP defende a ampliação dos controles de procedimentos e a rigidez dos processos internos como via para a eficiência.
- c) Eficiência, eficácia e efetividade são termos equivalentes, todos referidos ao mero alcance das metas.
- d) Na administração por resultados, a autonomia gerencial é incompatível com a responsabilização (accountability).
- e) A administração por resultados combina maior autonomia gerencial com a cobrança de resultados, apoiando-se em indicadores de desempenho e no foco no cidadão.

51. A transparência e o controle social são pilares da governança democrática, disciplinados, no Brasil, por normas como a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e a Lei Complementar nº 131/2009 (Lei da Transparência).

Sobre accountability, transparência e controle social, assinale a opção correta.

- a) Na Lei de Acesso à Informação, o sigilo é a regra e a publicidade, a exceção, cabendo ao solicitante justificar o pedido de informação.
- b) A accountability vertical é aquela exercida entre os órgãos e Poderes do Estado, que se controlam mutuamente.
- c) A transparência ativa consiste na divulgação espontânea de informações de interesse coletivo pela administração, independentemente de requerimento.

d) O controle social confunde-se com o controle interno, exercido pelas unidades de auditoria dos órgãos.

e) A Lei Complementar nº 131/2009 vedou a divulgação, em tempo real, de informações sobre a execução orçamentária e financeira.

52. O ciclo de políticas públicas organiza a política em fases interdependentes, como a formação da agenda, a formulação, a tomada de decisão, a implementação e a avaliação.

A respeito das políticas públicas, assinale a opção correta.

- a) A formação da agenda corresponde à mensuração dos impactos da política já executada.
- b) A implementação é a fase em que os problemas sociais passam a ser reconhecidos como problemas públicos.
- c) A avaliação é a etapa em que as decisões são transformadas em ações concretas.
- d) No modelo de múltiplos fluxos de Kingdon, a abertura de uma janela de oportunidade (policy window) favorece a entrada de um tema na agenda quando convergem os fluxos de problemas, de soluções e político.
- e) O ciclo de políticas públicas é um processo estritamente linear, sem retroalimentação entre as fases.

53. A reforma gerencial e a redefinição do papel do Estado ampliaram os arranjos de prestação de serviços e de parceria com a sociedade civil, como as organizações sociais (OS), as organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP), as agências reguladoras e os consórcios públicos.

Sobre esses arranjos institucionais, assinale a opção correta.

- a) As organizações sociais (OS) são entidades privadas sem fins lucrativos que, qualificadas pelo Poder Público, podem celebrar contrato de gestão para a execução de serviços não exclusivos do Estado.
- b) As OSCIP vinculam-se ao Poder Público por contrato de gestão, ao passo que as organizações sociais firmam termo de parceria.
- c) As agências reguladoras integram a administração direta e submetem-se à subordinação hierárquica do ministério supervisor.
- d) Os consórcios públicos são vedados entre entes federativos de esferas diferentes, restringindo-se aos de mesma esfera.
- e) As agências executivas são pessoas jurídicas de direito privado criadas para o desempenho de atividade econômica em concorrência com o mercado.

54. No planejamento governamental, a formulação e a avaliação de programas e projetos apoiam-se em técnicas como a análise custo-benefício e a análise custo-efetividade.

Sobre essas técnicas de avaliação, assinale a opção correta.

- a) A análise custo-benefício expressa os resultados em unidades físicas (por exemplo, número de atendimentos), sem convertê-los em valores monetários.
- b) A análise custo-efetividade converte todos os benefícios em termos monetários, para compará-los diretamente com os custos.
- c) Na análise custo-benefício, custos e benefícios são expressos em termos monetários; na análise custo-

efetividade, os resultados são medidos em unidades não monetárias (físicas) relacionadas ao custo.

- d) As duas técnicas são próprias do setor privado e não têm utilidade na avaliação de políticas públicas.
- e) A avaliação de programas ocorre necessariamente antes de sua formulação, orientando a construção da agenda.

AUDITORIA

Guilherme Santanna

55. Ao revisar o planejamento dos testes de detalhes sobre determinada população, o auditor considerou, isoladamente, as seguintes alterações:

- I. Redução do valor da distorção tolerável, mantidas as demais condições.
- II. Ampliação do uso de outros procedimentos substantivos que forneçam evidência sobre a mesma afirmação.
- III. Elevação do nível de segurança desejado de que a distorção real na população não exceda a distorção tolerável.
- IV. Estratificação apropriada de uma população cujos itens apresentam elevada variabilidade de valores monetários.

De acordo com a NBC TA 530, contribuem para o aumento do tamanho da amostra as alterações indicadas em

- a) I e II, apenas.
- b) II e IV, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) I, III e IV, apenas.
- e) II, III e IV, apenas.

56. Ao avaliar evidências obtidas em um trabalho de asseguarção, o auditor independente identificou que uma informação recebida de fonte externa havia sido preparada por pessoa sem conhecimento adequado do assunto. Também obteve informação interna produzida mediante controles efetivos e corroborada por outros elementos.

À luz da Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguarção, o auditor deve considerar que

- a) a origem externa da primeira informação prevalece sobre a deficiência de conhecimento de quem a preparou.
- b) a efetividade dos controles internos torna a segunda informação conclusiva, dispensando a avaliação de sua relevância.
- c) a informação interna somente pode ser utilizada quando não houver evidência externa disponível sobre o mesmo assunto.
- d) a concordância entre as duas informações elimina a necessidade de avaliar as circunstâncias de sua obtenção.
- e) as generalizações sobre confiabilidade comportam exceções, devendo ser consideradas as circunstâncias específicas de obtenção das informações.

57. Para verificar a existência de recebíveis, um auditor reuniu relatórios internos de faturamento, planilhas de acompanhamento comercial e demonstrativos de cobrança. Todos reproduziam dados de um mesmo cadastro, cuja confiabilidade estava comprometida por falhas relevantes nos controles de elaboração e manutenção. O auditor propôs obter mais relatórios extraídos desse cadastro, entendendo que o aumento da quantidade supriria a deficiência identificada.

De acordo com a NBC TA 500 (R1), essa proposta

- a) é adequada, pois a suficiência da evidência prevalece sobre sua qualidade quando os documentos são concordantes.

- b) é inadequada, pois a obtenção de mais evidência pode não compensar sua baixa qualidade.

- c) é adequada, desde que o número de documentos examinados supere o número de recebíveis selecionados.

- d) é inadequada, pois informações produzidas internamente não constituem evidência de auditoria sobre a existência de ativos.

- e) é adequada, pois a emissão dos relatórios por setores diferentes assegura a independência das fontes.

58. Durante a execução da auditoria, foram identificadas operações relevantes que não eram conhecidas no planejamento inicial. Essas operações alteraram a avaliação dos riscos e exigiram a participação de profissionais com experiência específica.

Considerando a NBC TA 300 (R1), analise as afirmações:

I. A estratégia global e o plano de auditoria devem ser atualizados e alterados conforme necessário durante o trabalho.

II. As alterações significativas na estratégia global ou no plano de auditoria devem ser documentadas, juntamente com suas razões.

III. A estratégia global deve ser mantida após o início dos testes, sendo permitidas alterações apenas no detalhamento dos procedimentos constantes do plano.

IV. O planejamento é um processo contínuo e iterativo, que prossegue até a conclusão do trabalho.

Está correto o que se afirma em

- a) I e II, apenas.

- b) II e III, apenas.

- c) I, III e IV, apenas.

- d) I, II e IV, apenas.

- e) II, III e IV, apenas.

59. Um cliente da entidade auditada não respondeu à solicitação de confirmação positiva de um saldo de contas a receber, mesmo após o segundo pedido. O auditor não identificou circunstância que tornasse indispensável a obtenção daquela resposta específica e pretende obter evidência por outros meios.

Nesse caso, a providência apropriada é

- a) interpretar a ausência de resposta como concordância com o saldo informado, desde que não existam divergências anteriores com o cliente.
- b) substituir a confirmação por declaração da administração e considerar encerrado o exame do recebível.
- c) classificar integralmente o saldo como distorção comprovada e exigir sua baixa.
- d) executar procedimentos alternativos, como examinar recebimentos subsequentes vinculados ao saldo e documentação pertinente à operação.
- e) excluir o cliente da seleção e substituí-lo por outro que tenha histórico de responder às confirmações.

60. Para reduzir a possibilidade de um devedor simplesmente concordar com um valor apresentado sem consultar seus registros, o auditor decidiu enviar solicitação de confirmação sem indicar o saldo, pedindo ao destinatário que informasse diretamente o valor devido.

Segundo a NBC TA 505, esse procedimento

- a) corresponde a uma confirmação negativa, pois a solicitação não apresenta valor a ser contestado.
- b) deixa de ser confirmação externa, pois o auditor não fornece a informação que pretende validar.
- c) corresponde a uma confirmação positiva em branco, que pode reduzir respostas sem verificação, mas também apresentar menor taxa de retorno.
- d) assegura maior taxa de retorno, pois dispensa o destinatário de comparar informações.

e) transfere ao devedor a responsabilidade pela seleção dos procedimentos de auditoria aplicáveis ao saldo.

61. Ao examinar a composição de fornecedores em 31 de dezembro de X1, o auditor identificou uma duplicata de R\$ 240.000 registrada como obrigação pendente. A confirmação recebida diretamente do fornecedor informou que o título havia sido integralmente liquidado em novembro de X1. O auditor corroborou a quitação mediante documentação autêntica, afastou divergências de identificação e de data e constatou que o pagamento não havia sido escriturado pela entidade.

Com relação à conta fornecedores, a situação caracteriza

- a) passivo oculto, com subavaliação da conta, identificável mediante teste de integridade das obrigações.
- b) passivo fictício, com superavaliação da conta, evidenciado pela permanência de obrigação já liquidada.
- c) passivo contingente, cuja manutenção depende da probabilidade de nova cobrança pelo fornecedor.
- d) erro exclusivamente de classificação entre passivo circulante e não circulante, sem alteração do total das obrigações.
- e) subavaliação simultânea do passivo e das despesas, decorrente da ausência de reconhecimento da compra.

62. Durante o exame das adições ao ativo imobilizado, o auditor identificou que R\$ 180.000 referentes a serviços rotineiros de conservação haviam sido registrados como aumento do custo de uma máquina. Os serviços apenas preservaram suas condições normais de funcionamento e, conforme a estrutura de relatório financeiro aplicável, deveriam ter sido reconhecidos integralmente como despesa do período.

Desconsiderando depreciação e efeitos tributários, a direção dos testes e as distorções identificadas correspondem a

- a) teste principal do ativo para subavaliação e teste secundário da despesa para superavaliação, com subavaliação do resultado.
- b) teste principal da despesa para superavaliação e teste secundário do ativo para subavaliação, com subavaliação do resultado.
- c) teste principal do ativo para superavaliação e teste secundário da despesa para superavaliação, sem efeito sobre o resultado.
- d) teste principal da despesa para subavaliação e teste secundário do ativo para superavaliação, com superavaliação do resultado.
- e) teste principal do ativo para superavaliação e teste secundário da despesa para subavaliação, com superavaliação do resultado.

CONTABILIDADE GERAL

Marcondes Fortaleza

63. A empresa MAVIFOR comprou mercadorias para revenda no valor de R\$ 500.000 à vista. A alíquota incidente do ICMS foi de 18%. Assinale a opção que indica os lançamentos contábeis na entidade, no momento da compra.

- a) D – Estoque: R\$ 500.000.
C – ICMS a recuperar: R\$ 90.000.
C – Caixa: R\$ 410.000.
- b) D – Estoque: R\$ 410.000.

D – ICMS a recuperar: R\$ 90.000.

C – Caixa: R\$ 500.000.

- c) D – Estoque: R\$ 500.000.

D – ICMS a recuperar: R\$ 90.000.

C – ICMS a pagar: R\$ 90.000.

C – Caixa: R\$ 500.000.

- d) D – Estoque: R\$ 500.000.

D – ICMS a recuperar: R\$ 90.000.

C – Caixa: R\$ 590.000.

- e) D – Estoque: R\$ 410.000.

C – ICMS a pagar: R\$ 90.000.

C – Caixa: R\$ 320.000.

64. A empresa É LENHA, que presta serviços de advocacia, apresentou os seguintes saldos em sua Demonstração do Resultado do Exercício, em 31/12/26:

- Receita de serviços: R\$ 600.000;
- Descontos concedidos: R\$ 18.000;
- Abatimentos: R\$ 12.000;
- Juros auferidos: R\$ 60.000;
- Prêmio de resgate de debêntures: R\$ 19.200;
- Receita com equivalência patrimonial: R\$ 24.000;
- Receita de títulos vinculados ao mercado aberto: R\$ 25.200;
- Custo dos Serviços Prestados: R\$ 240.000;
- Despesas gerais: R\$ 96.000;
- Comissões e despesas bancárias: R\$ 9.600; e
- Variações monetárias das obrigações: R\$ 21.600.

Assinale a opção que indica o resultado financeiro da sociedade empresária, em 31/12/26.

- a) R\$ 10.800.
- b) R\$ 38.400.
- c) R\$ 55.200.
- d) R\$ 45.600.
- e) R\$ 64.800.

65. Em 31/12/26, as Cias ALUNOS e MAVIFOR apresentavam os seguintes balanços patrimoniais:

	Cia ALUNOS	Cia MAVIFOR
Caixa	32.500	10.400
Estoques		15.600
Investimentos (Cia MAVIFOR)	20.800	
Total do Ativo	53.300	26.000
Capital Social	53.300	26.000
Total do PL	53.300	26.000

Em 10/01/27, a Cia. MAVIFOR vendeu todo o seu estoque para a Cia. ALUNOS a prazo por R\$ 26.000. Em 20/01/27, a Cia. ALUNOS vendeu 60% do estoque para terceiros por R\$ 31.200, a prazo.

Assinale a opção que indica, no balanço patrimonial da Cia. X, em 31/01/27, o saldo da conta *Investimentos*.

- a) R\$ 20.800.
- b) R\$ 29.120.
- c) R\$ 27.040.
- d) R\$ 24.960.
- e) R\$ 31.200.

66. Em 1º de julho de 2026, uma empresa comercial tomou emprestado R\$ 45.000 de um banco por um período de cinco anos.

Em 5 de julho, a empresa usou o dinheiro como entrada para comprar equipamentos no valor de R\$ 75.000.

Considerando-se somente as informações apresentadas, na demonstração dos fluxos de caixa para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2026, a empresa divulgou um(a):

- a) Aumento de R\$ 45.000 nas atividades de financiamento e diminuição de R\$ 75.000 nas atividades de investimento;
- b) redução de R\$ 75.000 nas atividades de investimento e aumento de R\$ 75.000 nas atividades de financiamento;
- c) aumento de R\$ 45.000 nas atividades de investimento e aumento de R\$ 75.000 nas atividades de financiamento;
- d) redução de R\$ 75.000 nas atividades de investimento e aumento de R\$ 45.000 nas atividades de financiamento;
- e) aumento de R\$ 37.500 nas atividades de investimento e aumento de R\$ 37.500 nas atividades de financiamento.

CONTABILIDADE PÚBLICA*Gilmar Possati*

67. Durante o exercício de 2026, o Município Audazes dos Pampas realizou as seguintes operações:

- I. recebeu da União transferência de R\$ 800.000, com a estipulação de que os recursos sejam aplicados na construção de uma creche até dezembro de 2027, sob pena de devolução do valor não aplicado. Em 31/12/2026, as obras ainda não haviam sido iniciadas;
- II. recebeu, em doação de uma empresa privada, terreno com valor justo de R\$ 300.000, com a estipulação de que seja utilizado como praça pública, sem previsão de devolução em caso de descumprimento;
- III. recebeu, em dezembro de 2026, R\$ 50.000 de contribuintes que anteciparam o pagamento do IPTU de 2027, cujo fato gerador ocorre em 1º/01/2027;
- IV. prestou serviços de análise laboratorial ao Município Beta, mediante cobrança de preço equivalente ao praticado no mercado.

Considerando as disposições da NBC TSP 01 (Receita de Transação sem Contraprestação) e da NBC TSP 02 (Receita de Transação com Contraprestação), assinale a afirmativa **correta**.

- a) a transferência descrita em I deve ser reconhecida integralmente como variação patrimonial aumentativa em 2026, uma vez que o município já detém o controle dos recursos recebidos.
- b) o terreno descrito em II deve ser reconhecido como ativo em contrapartida a um passivo até a implantação da praça, uma vez que a estipulação impõe destinação específica ao bem.
- c) o valor descrito em III deve ser reconhecido como variação patrimonial aumentativa em 2026, uma vez que o ingresso dos recursos ocorreu nesse exercício.
- d) a transferência descrita em I deve ser reconhecida como ativo em contrapartida a um passivo, uma vez que a estipulação gera obrigação presente, e a

receita será reconhecida à medida que essa obrigação for satisfeita.

- e) a receita descrita em IV deve ser tratada pela NBC TSP 01, uma vez que as transações realizadas entre entes públicos são sempre consideradas sem contraprestação.

68. Em 2026, o Município Audazes dos Pampas efetuou, entre outros, os seguintes registros no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP):

- reconhecimento do IPTU, pela ocorrência do fato gerador: R\$ 900.000;
- reconhecimento da transferência constitucional da cota-parte do FPM: R\$ 200.000;
- arrecadação de receita de operação de crédito: R\$ 400.000;
- liquidação da folha de pagamento de pessoal referente a 2026: R\$ 500.000;
- aquisição de veículos, com pagamento à vista: R\$ 150.000;
- empenho de serviços de manutenção predial, que não haviam sido prestados até 31/12/2026: R\$ 80.000;
- depreciação de bens móveis: R\$ 60.000;
- aquisição de material de consumo para estoque: R\$ 70.000;
- consumo de material requisitado ao almoxarifado: R\$ 40.000.

O resultado patrimonial do exercício, apurado pelo confronto entre os saldos das classes 4 e 3 do PCASP, foi de

- a) R\$ 350.000.
- b) R\$ 420.000.
- c) R\$ 500.000.
- d) R\$ 560.000.
- e) R\$ 900.000.

69. O Balanço Orçamentário do Município Audazes dos Pampas, relativo ao exercício de 2026, apresentou, entre outras, as seguintes informações:

- previsão inicial da receita: R\$ 9.000.000;
- previsão atualizada da receita: R\$ 9.800.000;
- receitas realizadas: R\$ 9.600.000;
- dotação inicial: R\$ 9.600.000;
- dotação atualizada: R\$ 10.000.000;
- despesas empenhadas: R\$ 9.200.000;
- despesas liquidadas: R\$ 8.500.000;
- despesas pagas: R\$ 8.000.000.

Considerando a estrutura do Balanço Orçamentário definida no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), assinale a afirmativa **correta**.

- a) O saldo da dotação é de R\$ 1.500.000, obtido pela diferença entre a dotação atualizada e as despesas liquidadas.
- b) Os restos a pagar inscritos em 31/12/2026 somam R\$ 1.200.000, dos quais R\$ 700.000 correspondem a restos a pagar não processados.
- c) O resultado orçamentário do exercício foi superavitário em R\$ 1.100.000, uma vez que as receitas realizadas devem ser confrontadas com as despesas liquidadas.
- d) A coluna saldo da receita evidencia excesso de arrecadação de R\$ 600.000, apurado pela diferença entre as receitas realizadas e a previsão inicial.
- e) A execução, em 2027, dos restos a pagar inscritos em 2026 será evidenciada nos quadros anexos do Balanço Orçamentário de 2026.

70. O Hospital Municipal Alfa, autarquia do Município Audazes dos Pampas, implantou sistema de informação de custos com base na NBC TSP 34 (Custos no Setor Público) e definiu como objeto de custo os exames realizados pelo setor de radiologia. Em março de 2026, foram levantados os seguintes dados:

- remuneração dos técnicos lotados exclusivamente na radiologia: R\$ 120.000;
- conta de energia elétrica de todo o prédio do hospital, medida por um único relógio: R\$ 60.000;
- depreciação do tomógrafo utilizado apenas pela radiologia: R\$ 25.000;
- aquisição e pagamento de novo aparelho de raio-x, ainda não instalado: R\$ 300.000;
- aquisição de contraste para estoque: R\$ 40.000, dos quais R\$ 15.000 foram consumidos em exames no mês.

Um analista sugeriu apurar o custo da radiologia a partir das despesas orçamentárias liquidadas no mês, mas o Contador-Geral discordou e determinou outro tratamento.

Assinale a opção que indica o tratamento em conformidade com a NBC TSP 34.

- a) A energia elétrica constitui custo indireto em relação aos exames e deve ser alocada, preferencialmente, por direcionador que reflita o consumo do recurso e, na falta dele, por base de rateio razoável e consistente.
- b) A depreciação do tomógrafo não integra o custo dos exames, uma vez que não corresponde a despesa orçamentária liquidada no período.
- c) O valor pago pelo aparelho de raio-x integra o custo da radiologia em março, uma vez que o desembolso ocorreu no mês.
- d) O contraste integra o custo do mês pelo valor total adquirido, de R\$ 40.000, uma vez que a liquidação da despesa ocorreu em março.
- e) A entidade deve adotar o custeio por absorção integral, uma vez que a norma impõe esse método a todas as entidades do setor público para assegurar a comparabilidade.

FLUÊNCIA EM DADOS*Lucas Ianni*

71. Um analista de uma equipe de auditoria escreveu o script abaixo para somar valores extraídos de uma planilha, cujos campos chegam com tipos variados.

```
dados = [10, "10", [1, 2], 3.5]
```

```
dados.append(None)
```

```
total = 0
```

```
for item in dados:
```

```
    try:
```

```
        total = total + item
```

```
    except TypeError:
```

```
        continue
```

```
print(total)
```

Considerando a execução do código, é correto afirmar que:

- a) a instrução `append` gera erro, pois listas em Python são imutáveis após a criação, sendo necessário criar uma nova lista para inserir o valor `None`.
- b) o valor impresso inclui a string "10" convertida em inteiro, pois Python é fracamente tipada e realiza conversões implícitas entre `str` e `int`.
- c) a lista de dados não pode ser criada, pois listas em Python exigem que todos os elementos sejam do mesmo tipo, como ocorre com vetores em C.
- d) O programa é interrompido na segunda iteração, pois o bloco `except` não impede o encerramento do módulo principal quando ocorre um `TypeError`.
- e) o programa imprime 13.5, pois as somas com a string, com a lista aninhada e com `None` geram `TypeError`, que é tratado sem interromper o laço.

72. Uma analista de uma autarquia recebeu um documento que descreve, passo a passo, como realizar a carga mensal dos dados de arrecadação no repositório corporativo, com a ordem das tarefas e o responsável por cada etapa.

Na estrutura documental da governança de dados, esse documento é classificado como:

- a) política de dados, pois define as regras pormenorizadas do que pode e do que não pode ser feito com os dados.
- b) norma, pois reúne recomendações de boas práticas cuja adoção é facultativa para quem trabalha com os dados.
- c) procedimento, pois orienta a execução de uma tarefa específica, indicando como ela deve ser realizada.
- d) glossário de negócios, pois padroniza o significado dos termos utilizados em cada etapa da carga.
- e) estratégia de dados, pois estabelece a visão de longo prazo sobre o uso dos dados na organização.

73. Uma operadora de saúde deseja segmentar sua base de beneficiários em grupos com perfis semelhantes de utilização de serviços. Nenhum registro foi previamente categorizado, e os grupos só serão conhecidos ao final do processo.

Qual tarefa de mineração de dados é a mais adequada a esse objetivo?

- a) Agrupamento (clustering), técnica que reúne registros similares sem que existam classes previamente definidas.
- b) Classificação, técnica que reúne registros semelhantes para descobrir, ao longo do processo, quais classes existem na base.
- c) Regras de associação, técnica que forma grupos de beneficiários a partir da proximidade entre seus atributos numéricos.
- d) Regressão, técnica que forma grupos homogêneos de registros a partir dos valores da variável dependente.
- e) Mineração preditiva, técnica que usa dados históricos para modelar tendências ao longo do tempo e projetar comportamentos futuros.

74. Em um cluster Hadoop com YARN, um job MapReduce submetido pela equipe de auditoria de um tribunal falhou porque o nó onde estava o contêiner do ApplicationMaster saiu do ar. Os demais nós do cluster continuaram operacionais. Na análise do incidente, a equipe precisa identificar qual componente é responsável por iniciar novamente o contêiner do ApplicationMaster e qual componente passa a acompanhar o progresso das tarefas map e reduce da aplicação após a recuperação.

Assinale a alternativa que descreve corretamente esse comportamento.

- a) O Scheduler do ResourceManager reinicia o contêiner do ApplicationMaster, por ser o componente que monitora o status das aplicações, e o JobTracker volta a acompanhar as tarefas.
- b) O ApplicationsManager, componente do ResourceManager, reinicia o contêiner do ApplicationMaster, e a nova instância do ApplicationMaster negocia contêineres com o Scheduler e acompanha as tarefas.
- c) O NodeManager do nó que falhou reinicia localmente o contêiner do ApplicationMaster quando o nó retorna, e o ResourceManager passa a monitorar individualmente cada tarefa map e reduce.
- d) O TaskTracker de outro nó assume o contêiner do ApplicationMaster, e o Scheduler passa a monitorar o progresso das tarefas, reiniciando aquelas que falharem.
- e) O ResourceManager, por meio do Scheduler, reinicia o ApplicationMaster e acompanha as tarefas, enquanto os NodeManagers apenas executam contêineres, sem monitorar o uso de recursos.

75. Uma equipe de um órgão fazendário montou um pipeline para classificar reclamações de contribuintes. O texto passa por quatro etapas: (1) divisão em unidades menores; (2) remoção de artigos e preposições; (3) redução de "declarações", "declarou" e "declarando" a uma forma comum; e (4) representação de cada palavra como vetor denso, treinado por um modelo que prevê as palavras vizinhas a partir de uma palavra central.

Sobre esse pipeline, é correto afirmar que:

- a) a etapa 2 corresponde à lematização, que elimina palavras de alta frequência e baixo valor semântico antes da vetorização.
- b) a etapa 3, se realizada por stemização, garante que todas as formas sejam reduzidas a uma palavra existente no dicionário, como o infinitivo "declarar".
- c) a etapa 4 descreve o modelo CBOW, que utiliza as palavras de contexto da janela para prever a palavra central.
- d) a etapa 4 produz word embeddings, representação de baixa dimensionalidade que atenua a maldição da dimensionalidade das representações esparsas.
- e) a etapa 1 corresponde ao POS-tagging, que atribui a cada palavra um rótulo indicando sua função sintática na oração.

76. Um cientista de dados trabalha com uma base de 300 variáveis sobre operações de comércio exterior, na qual cada operação possui um rótulo indicando se houve fraude. Ele planeja aplicar PCA para reduzir as variáveis a 20 componentes e, em seguida, treinar uma rede neural para prever o rótulo, utilizando o otimizador Adam.

Considerando essa estratégia, assinale a alternativa correta.

- a) A aplicação do PCA é uma tarefa não supervisionada, que busca reduzir o número de variáveis preservando o máximo possível da variabilidade dos dados originais.
- b) O treinamento da rede neural para prever a fraude é aprendizado não supervisionado, pois o modelo descobre sozinho os padrões presentes nos dados.
- c) O Adam utiliza uma taxa de aprendizado fixa e única para todos os pesos, o que o torna mais simples que o gradiente descendente estocástico.
- d) O Adam garante a convergência para o mínimo global da função de perda, independentemente do formato da superfície de erro da rede.
- e) Como o objetivo é prever o rótulo de fraude, o problema é de regressão, técnica que estima valores contínuos a partir das variáveis independentes.

77. Uma secretaria de fazenda estadual está modernizando sua arquitetura de dados. O cadastro de contribuintes permanecerá em PostgreSQL, e o sistema legado de folha de pagamento continuará em Oracle. Os logs de acesso ao portal serão gravados em Apache Cassandra, distribuído em três data centers. Os documentos fiscais eletrônicos, de estrutura variável, serão armazenados em MongoDB. Já o histórico de notas fiscais, com bilhões de linhas, ficará em HBase sobre HDFS.

Acerca das tecnologias escolhidas, assinale a alternativa correta.

- a) No PostgreSQL, para que as tabelas do cadastro fiquem em um disco dedicado, cria-se um tablespace indicando os arquivos físicos na cláusula DATAFILE do comando CREATE TABLESPACE.
- b) No Cassandra, a replicação entre os data centers é obrigatoriamente síncrona, e toda escrita só é confirmada ao cliente após ser gravada em todas as réplicas do cluster.
- c) No HBase, as tabelas são particionadas horizontalmente em regiões, que são divididas automaticamente e redistribuídas entre os servidores à medida que os dados crescem.
- d) No MongoDB, os documentos fiscais são armazenados em XML nativo, e cada coleção exige um esquema rígido previamente definido, como ocorre em uma tabela relacional.
- e) No Oracle, o tablespace SYSAUX armazena o dicionário de dados, enquanto o tablespace SYSTEM guarda os segmentos de undo usados para desfazer transações.

78. Um portal de comércio eletrônico armazena registros de navegação, histórico de compras, avaliações em texto livre, imagens de produtos e cliques recebidos em fluxo contínuo. A diretoria quer usar essa base tanto para relatórios gerenciais sobre o desempenho do último trimestre quanto para identificar padrões ainda desconhecidos no comportamento dos clientes.

A respeito desse cenário, assinale a alternativa correta.

- a) Por reunir dados estruturados e não estruturados, a base não caracteriza Big Data, conceito restrito a grandes volumes de dados estruturados em tabelas relacionais.
- b) Os 5 Vs do Big Data se referem a volume de mineração, variedade de algoritmos, velocidade de aprendizado, veracidade dos padrões e valor dos modelos.
- c) A identificação de padrões desconhecidos exige, obrigatoriamente, a construção prévia de um Data Warehouse, com as tabelas em estruturas não normalizadas.
- d) A mineração de dados sobre essa base é um processo totalmente automático, que dispensa a intervenção humana na interpretação dos padrões encontrados.
- e) Os relatórios sobre o último trimestre se aproximam do Business Intelligence, voltado a explicar o passado, enquanto a busca por padrões desconhecidos se aproxima do Big Data Analytics.

79. Um analista explica a um colega recém-chegado como funciona o modelo de processamento distribuído usado no cluster da empresa.

Complete as lacunas da frase a seguir:

"No modelo MapReduce, a função _____ processa os dados de entrada e emite pares _____, que são agrupados por chave e entregues à função _____, responsável por consolidar os valores de cada chave em uma saída resumida."

- a) reduce / chave-valor / map
- b) map / linha-coluna / combine

- c) filter / chave-valor / sort
- d) map / chave-valor / reduce
- e) sort / documento-coleção / reduce

80. Um grupo empresarial com cinco unidades de negócio implantou seu programa de governança de dados. Cada unidade adotou o mesmo modelo operacional e os mesmos padrões de governança, sem uma instância central supervisionando todas as áreas. Em cada unidade, foram designados profissionais da própria área de negócio como responsáveis pelo controle e uso dos dados, e foi implantado um mecanismo para rastrear a origem e as transformações dos dados entre os sistemas.

Com base no DAMA-DMBOK, é correto afirmar que:

- a) o grupo adotou o modelo centralizado, pois todas as unidades seguem padrões idênticos definidos para a organização como um todo.
- b) o grupo adotou o modelo replicado, e os profissionais designados nas áreas de negócio desempenham o papel de data stewards.
- c) o grupo adotou o modelo federado, caracterizado pela adoção do mesmo modelo operacional e dos mesmos padrões por cada unidade de negócio.
- d) o mecanismo de rastreamento descrito corresponde à classificação de dados, cujo principal objetivo é aumentar a velocidade de processamento.
- e) os profissionais designados correspondem aos consumidores de dados, usuários que apenas utilizam os dados, sem responsabilidade sobre seu controle.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO ADMINISTRATIVO***Herbert Almeida*

81. Determinada pessoa com extensa ficha criminal fugiu de um presídio estadual durante a madrugada, sem que houvesse recaptura imediata. Transcorridos oito meses da fuga, em cidade diversa daquela onde se localiza o presídio, o foragido cometeu um latrocínio contra um transeunte. Os familiares da vítima ajuizaram ação de indenização em face do Estado, invocando a responsabilidade civil objetiva por suposta falha no dever de custódia. Considerando o entendimento jurisprudencial aplicável ao caso, assinale a afirmativa correta.

- a) Não se caracteriza a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, quando não demonstrado o nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada.
- b) O Estado responde objetivamente pelos danos decorrentes do crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, dispensando-se a demonstração do nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada.
- c) O crime praticado por foragido configura, em qualquer hipótese, fortuito externo, o que exime o Poder Público de reparação mesmo quando demonstrado o nexo causal direto com o momento da fuga.
- d) A ação por danos causados pelo foragido deverá ser ajuizada exclusivamente contra o agente público responsável pela guarda do presídio, sendo o Estado parte ilegítima, assegurado o direito de regresso.
- e) O Estado responde na esfera cível pelo ato do foragido, com base na teoria do risco integral, uma vez que ocorre nexo causal presumido e absoluto, já que nenhum dano ocorreria se o preso não houvesse fugido.

82. O Estado Alfa instituiu uma sociedade de economia mista, de capital social majoritariamente público, voltada a prestar exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado em regime não concorrencial. A lei de criação da estatal previu, expressamente, a delegação de atos de fiscalização de trânsito e a aplicação de sanções administrativas correspondentes a infrações viárias por parte dos empregados dessa estatal. A respeito dessa delegação legal, assinale a afirmativa correta.

- a) A única fase do ciclo de polícia delegável às estatais é a ordem de polícia, função legislativa precípua.
- b) É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.
- c) Não é possível delegar a função sancionadora do exercício do poder de polícia à sociedade de economia mista estadual, uma vez que o Supremo Tribunal Federal permite tal delegação unicamente a associações privadas que não integram a Administração Pública.
- d) Os atos de consentimento, fiscalização e aplicação de sanções são indelegáveis por natureza, restringindo-se a atuação sancionatória da Administração Indireta às autarquias sob regime de direito público.
- e) A referida delegação seria legítima mesmo que a sociedade de economia mista prestasse serviços explorando atividade econômica em regime concorrencial no livre mercado.

83. Diante de uma catástrofe climática de grandes proporções em seu território, o Prefeito do Município Gama publicou decreto requisitando administrativamente maquinários pesados e insumos médicos que pertenciam ao Estado Beta, os quais estavam guardados em um galpão logístico estadual localizado dentro da malha urbana municipal. Considerando o instituto da requisição administrativa, assinale a afirmativa correta.

- a) A autoridade competente da esfera administrativa municipal poderá requisitar bens públicos do Estado, assegurada justa indenização ulterior, visto que não há hierarquia entre os entes federados no atendimento de urgências.
- b) Ofende o princípio federativo a requisição de bens e serviços de um ente federado por outro, excetuando-se a possibilidade atribuída exclusivamente ao Município durante a vigência de estado de sítio.
- c) O permissivo constitucional constante no art. 5º, XXV, tem aplicação irrestrita nas relações entre as unidades da Federação sempre que se configurar calamidade pública, permitindo a requisição recíproca de bens entre os entes federados.
- d) A autonomia dos entes cuja propriedade é requisitada mantém-se inalterada durante a medida extrema, o que legitima a requisição de hospitais estaduais pelo Município à luz da Lei Orgânica do SUS.
- e) A requisição administrativa para atendimento de necessidades coletivas, urgentes e transitórias, decorrentes de situações de perigo iminente, de calamidade pública ou de irrupção de epidemias não recai sobre bens e/ou serviços públicos de outro ente federativo.

84. O Estado Delta, com o objetivo de agilizar as compras de suas autarquias, edita lei estadual que cria nova hipótese de dispensa de licitação, não prevista na Lei nº 14.133/2021. Tendo em vista a competência legislativa no âmbito das licitações, a norma estadual é

- a) constitucional, pois assiste aos Estados a competência exclusiva para instituir dispensas de licitação que tenham como objetivo estabelecer condições de contratações locais entre seus próprios órgãos.
- b) inconstitucional, pois somente a lei estadual (ou municipal) poderá, em âmbito geral, estabelecer desequiparações entre os concorrentes e restringir o direito de participar de licitações.
- c) inconstitucional, por invadir a competência privativa da União para estabelecer normas gerais sobre licitação e contratação, ao ampliar as hipóteses de dispensa previstas na legislação federal.
- d) constitucional, visto que as hipóteses de dispensa previstas na lei federal formam rol exemplificativo, que pode ser ampliado pelos Estados.
- e) inconstitucional, pois os Estados somente podem legislar sobre licitações na hipótese de alienação de bens móveis a seus servidores, a exemplo da venda direta de armas de fogo a integrantes da segurança pública.

85. Uma servidora pública estadual protocolou ação judicial cobrando parcelas vencidas e o próprio direito de receber um adicional por tempo de serviço instituído em lei 15 anos antes de sua demanda. A Administração Pública nunca pagou a referida verba à servidora, mantendo-se inerte durante todo esse tempo, porém jamais publicou ato normativo de efeito concreto ou indeferiu o pedido administrativo negando o direito reclamado. A respeito dos efeitos do tempo sobre o direito postulado e da prescrição, assinale a afirmativa correta.

- a) A inércia do Poder Público em implantar o benefício em folha de pagamento deu início automático ao prazo de prescrição do fundo de direito da servidora no momento da edição da lei.
- b) A prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação, pois nas obrigações de trato sucessivo a omissão simples não consubstancia prescrição do fundo de direito.
- c) Nas relações jurídicas de trato sucessivo, quando tiver ocorrido a negativa expressa do direito reclamado, a prescrição, após o decurso do prazo aplicável, incidirá apenas sobre as parcelas mensais, preservando-se intacto o fundo de direito.
- d) A simples omissão estatal acarreta o esgotamento total da via administrativa e atinge o fundo de direito de tal forma que a servidora perde o direito como um todo, não podendo exigir sequer obrigações futuras.
- e) Dado o decurso do prazo de 15 anos, a servidora não dispõe de condições legais para pleitear qualquer pagamento.

86. O Ministério Público do Trabalho identificou que a empresa Ômega Limpeza, contratada pela União Federal, paralisou os pagamentos de seus funcionários alocados na sede de um Ministério, descumprindo encargos trabalhistas de forma grave e contínua. Em ação trabalhista subsequente, um dos empregados buscou responsabilizar a Administração Pública pelos débitos da prestadora de serviço de terceirização pautando-se, em sua petição inicial, de modo exclusivo na premissa da inversão do ônus da prova contra o ente estatal. No tocante à responsabilidade da Administração Pública por esses encargos, assinale a afirmativa correta.

- a) A responsabilidade subsidiária da Administração Pública aplica-se incondicionalmente, devendo o Poder Público garantir as condições de pagamento, invertendo-se o ônus de comprovar a fiscalização do contrato para o Estado.
- b) A Administração Pública possui responsabilidade subsidiária presumida pela inadimplência nos contratos de terceirização se houver descumprimento de obrigações trabalhistas relativas ao mês anterior não pagas em suas dependências.
- c) Não há responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento da empresa contratada se a condenação for amparada exclusivamente na premissa da inversão do ônus da prova.
- d) Haverá comportamento diligente, obstando a responsabilização do ente estatal, quando a Administração Pública permanecer inerte após o recebimento de notificação formal do sindicato da categoria, dada a primazia do princípio da legalidade estrita.
- e) O poder público responderá de forma solidária pelos débitos se amparar sua defesa na simples premissa da inversão do ônus probatório nos contratos de fornecimento.

87. Uma concessionária de rodovia estadual ajuizou demanda judicial exigindo que uma autarquia municipal de saneamento básico promovesse o pagamento imediato e recorrente pelo direito de instalar e manter tubulações de abastecimento de água e coleta de esgoto localizadas no subsolo da faixa de domínio da rodovia que estava sob sua concessão, visando, assim, incrementar a obtenção de receitas alternativas para a manutenção da via. Com base no exposto e na jurisprudência atinente aos serviços públicos, assinale a afirmativa correta sobre a legalidade de cobrança no caso narrado.

- a) A via pública cedida ao particular perde a natureza de bem de uso comum do povo, sendo plenamente legítimo para a concessionária explorar comercialmente o espaço exigindo remuneração da autarquia pela utilização.
- b) É possível às concessionárias alargar a base de arrecadação onerando entidade estatal prestadora de serviço público sempre que atestada cláusula permitindo à concessionária obter outras fontes de receitas alternativas.
- c) A cobrança é legítima, pois o valor exigido tem natureza de taxa, instituída em razão do exercício do poder de polícia pela concessionária sobre a faixa de domínio.
- d) A cobrança de faixa de domínio promovida por concessionária da rodovia contra autarquia constitui exploração de receita complementar dependente unicamente de concordância do particular prestador do serviço viário, por visar ao lucro negocial.
- e) É indevida a cobrança promovida por concessionária de rodovia, em face de autarquia prestadora de serviços de saneamento básico, pelo uso da faixa de domínio da via pública concedida.

88. O Ministério Público ajuizou ação de improbidade administrativa em face de um servidor público federal, Roberto, e de uma empresa privada, Sigma Ltda., imputando-lhes a prática de ato ilícito que causou lesão ao erário no valor histórico de R\$ 800.000,00. Na petição inicial, o autor formulou pedido de indisponibilidade de bens dos réus para garantir o adimplemento de eventual condenação. Considerando a situação hipotética e as normas e jurisprudência aplicáveis ao instituto da indisponibilidade de bens na ação de improbidade administrativa, assinale a afirmativa correta.

- a) A indisponibilidade de bens deverá ser decretada no montante de R\$ 800.000,00 para Roberto e R\$ 800.000,00 para a empresa Sigma Ltda., pois há solidariedade que exige que o bloqueio corresponda ao débito total em relação a cada um dos réus.
- b) A medida de indisponibilidade recairá estritamente sobre bens que assegurem exclusivamente o integral ressarcimento do dano, sendo vedado que o bloqueio incida sobre o montante correspondente à multa civil.
- c) O juiz deverá priorizar o bloqueio de contas bancárias mantidas pelos réus e, apenas na inexistência ou insuficiência de saldo nestas, determinará a indisponibilidade de veículos, bens imóveis e bens móveis em geral.
- d) É vedada a decretação de indisponibilidade da quantia de até 40 (quarenta) salários mínimos depositados em caderneta de poupança, em outras aplicações financeiras ou em conta-corrente.
- e) A somatória dos valores declarados indisponíveis de Roberto e da empresa Sigma Ltda. não poderá superar o montante indicado na petição inicial, exigindo-se que a medida cautelar constritiva seja fixada de forma estritamente equânime para cada corréu.

DIREITO CONSTITUCIONAL*Nelma Fontana*

89. Durante uma auditoria, o Tribunal de Contas da União (TCU) identificou irregularidades na execução de um ato administrativo e de um contrato celebrados por órgão federal. À luz da CF/1988, assinale a afirmativa correta.

- a) O TCU exerce o controle externo em nome próprio e pode sustar diretamente tanto o ato administrativo quanto o contrato, comunicando depois sua decisão ao Congresso Nacional.
- b) O TCU pode sustar diretamente a execução do contrato, mas a sustação do ato administrativo depende de deliberação prévia do Congresso Nacional.
- c) O controle externo é exercido pelo Congresso Nacional com o auxílio do TCU; quanto ao contrato, a sustação cabe diretamente ao Congresso, observadas as regras constitucionais para sua eventual inércia.
- d) O TCU pode apontar as irregularidades, mas a sustação de atos administrativos e contratos depende sempre de decisão do Poder Judiciário.
- e) O controle externo é atribuição exclusiva do TCU, cabendo ao Congresso Nacional apenas receber os relatórios produzidos pelo Tribunal.

90. O STF declarou inconstitucional uma lei federal que havia orientado a atuação da Administração Pública por vários anos. Durante o julgamento, discutiu-se a possibilidade de limitar os efeitos temporais da decisão. Conforme a Lei nº 9.868/1999, assinale a afirmativa correta.

- a) A declaração de inconstitucionalidade somente produzirá efeitos após o trânsito em julgado, independentemente de decisão expressa do STF.
- b) A modulação exige unanimidade dos ministros e somente pode preservar situações constituídas antes do ajuizamento da ação.
- c) O STF pode modular os efeitos por maioria simples, desde que a lei declarada inconstitucional tenha produzido efeitos por mais de cinco anos.

d) Por razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, o STF pode, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos da declaração ou fixar outro momento para sua eficácia.

e) A modulação depende de autorização do Congresso Nacional, pois altera os efeitos de uma decisão judicial sobre lei federal.

91. A União pretende instituir uma empresa pública cuja lei autorizadora também prevê a criação de subsidiárias. Posteriormente, considera alienar o controle da empresa matriz ou de uma dessas subsidiárias. À luz da CF/1988 e do entendimento do STF, assinale a afirmativa correta.

- a) A empresa pública nasce com a publicação da lei autorizadora, enquanto suas subsidiárias são criadas por decreto presidencial.
- b) A criação de cada subsidiária exige lei específica própria, ainda que a lei da empresa matriz já contenha autorização para criá-las.
- c) A alienação do controle da empresa matriz e a da subsidiária exigem, em ambos os casos, autorização legislativa e licitação pública.
- d) A lei da matriz pode autorizar subsidiárias; vender o controle da matriz exige autorização legislativa e licitação.
- e) A venda do controle da subsidiária dispensa autorização legislativa e qualquer procedimento competitivo, por integrar atividade empresarial.

92. Uma comissão parlamentar de inquérito da Câmara dos Deputados, constituída para investigar irregularidades em contratos federais, aprovou, mediante deliberação colegiada fundamentada, três medidas: acesso aos registros de chamadas telefônicas dos investigados; interceptação de suas futuras conversas telefônicas; e busca de documentos em suas residências, independentemente de consentimento dos moradores. Todas foram consideradas necessárias à apuração do fato determinado.

À luz da CF/1988 e da jurisprudência do STF, assinale a afirmativa correta.

- a) A comissão pode determinar o acesso aos registros de chamadas, mas a interceptação e a busca domiciliar dependem de ordem judicial.
- b) A comissão pode executar as três medidas, desde que demonstre concretamente sua pertinência com os fatos investigados e preserve o sigilo dos elementos obtidos.
- c) A comissão depende de autorização judicial para as três medidas, pois os poderes de investigação parlamentares não abrangem o afastamento de direitos fundamentais.
- d) A comissão pode determinar o acesso aos registros e a interceptação, pois ambas as providências integram seus poderes constitucionais de investigação.
- e) A comissão pode ordenar a busca domiciliar durante o dia, permanecendo a interceptação condicionada à prévia autorização judicial.

93. O Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional projeto de lei para alterar a remuneração de determinada carreira de servidores federais. Durante a tramitação, foi aprovada emenda parlamentar que ampliou o reajuste proposto, elevando a despesa prevista no projeto. A emenda tratava exclusivamente da mesma carreira e estava acompanhada de estimativa de impacto financeiro e indicação de recursos suficientes. Ao final, o Presidente sancionou integralmente o projeto.

Considerando a CF/1988 e a jurisprudência do STF, assinale a afirmativa correta.

- a) A emenda é constitucional, pois a pertinência temática e a indicação dos recursos necessários permitem ao Congresso ampliar a despesa originalmente proposta.
- b) A emenda é inconstitucional, pois a iniciativa privativa presidencial impede qualquer alteração parlamentar no conteúdo da proposta encaminhada ao Congresso Nacional.
- c) A emenda é constitucional, pois a sanção presidencial representa concordância com o aumento e supre eventual irregularidade ocorrida durante a tramitação legislativa.
- d) A emenda é inconstitucional apenas se a despesa ultrapassar os limites fiscais, cabendo verificar sua compatibilidade com a programação orçamentária do exercício financeiro.
- e) A emenda é formalmente inconstitucional, pois aumenta a despesa em projeto de iniciativa reservada, sem que a sanção presidencial sane o vício.

94. Durante procedimento fiscal regularmente instaurado, a Receita Federal identificou divergências entre os rendimentos declarados por uma contribuinte e os elementos reunidos na fiscalização. A autoridade competente, em decisão fundamentada, considerou indispensável examinar seus registros bancários e requisitou as informações à instituição financeira, observando os requisitos legais e regulamentares. A contribuinte impugnou a medida, alegando que não havia autorizado o acesso e que inexistia ordem judicial.

À luz da CF/1988 e da jurisprudência do STF, assinale a afirmativa correta.

- a) A requisição depende de autorização judicial, pois a proteção constitucional dos dados bancários impede seu acesso compulsório por autoridades integrantes da Administração Pública.
- b) A requisição é legítima, pois o acesso fiscal dispensa ordem judicial nas condições legais, transferindo à Administração o dever de preservar o sigilo.
- c) A requisição depende da concordância da contribuinte, embora a autorização judicial seja dispensável quando houver procedimento fiscal instaurado e decisão administrativa fundamentada.
- d) A requisição é legítima, pois a instauração do procedimento fiscal retira o caráter sigiloso dos registros bancários pertinentes à apuração.
- e) A requisição depende da comprovação prévia de crime tributário, pois divergências entre rendimentos declarados e movimentações financeiras não autorizam acesso administrativo aos registros bancários.

95. Diante da inexistência de normas gerais federais sobre determinado aspecto do direito econômico, o Estado Alfa editou lei para atender às suas peculiaridades. Posteriormente, a União estabeleceu normas gerais válidas sobre o assunto, incompatíveis com parte da disciplina estadual. Anos depois, a legislação federal foi integralmente revogada, sem substituição, permanecendo inalterada a lei estadual.

Considerando a repartição constitucional de competências, assinale a afirmativa correta.

- a) A legislação estadual era inicialmente inválida, pois a edição de normas gerais pelo Estado dependia de autorização da União por lei complementar.
- b) A legislação federal revogou os dispositivos estaduais incompatíveis, cujo restabelecimento exige nova manifestação legislativa, ainda que desapareça a disciplina federal sobre a matéria.
- c) A legislação estadual teve sua eficácia suspensa nos pontos conflitantes, que voltam a produzir efeitos com a revogação da disciplina federal.
- d) A legislação federal suspendeu integralmente a eficácia da lei estadual, inclusive dos dispositivos compatíveis, enquanto esteve em vigor a disciplina nacional sobre o assunto.
- e) A legislação estadual permaneceu integralmente aplicável, pois a competência plena impede sua limitação por normas gerais federais posteriores.

96. A União pretende instituir empresa pública para fabricar equipamentos industriais em concorrência com empresas privadas, fundamentando a medida em relevante interesse coletivo definido em lei. A proposta também prevê benefício fiscal exclusivo para a estatal e estabelece que as metas de produção do planejamento econômico governamental serão obrigatórias para todas as empresas privadas do setor, independentemente de adesão a programas de incentivo.

Considerando a CF/1988, assinale a afirmativa correta.

- a) O interesse coletivo pode justificar a exploração estatal, mas não autoriza o privilégio fiscal exclusivo nem torna obrigatório, para as empresas privadas, o planejamento econômico.
- b) A exploração estatal exige a demonstração conjunta de relevante interesse coletivo e imperativo de segurança nacional, sendo admissível o benefício fiscal exclusivo caso seja instituído por lei específica e tenha duração previamente determinada.
- c) A exploração estatal é admitida, mas a natureza pública do capital permite tratamento tributário privilegiado, mesmo em atividade submetida à concorrência.
- d) O benefício fiscal exclusivo é vedado, mas as metas do planejamento econômico vinculam as empresas privadas sempre que aprovadas por lei e destinadas à realização de relevante interesse coletivo.
- e) A existência de empresas privadas no setor impede a exploração estatal da atividade, ainda que demonstrado relevante interesse coletivo, pois a atuação empresarial pública pressupõe ausência de iniciativa privada.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Rubens Mauricio

97. Durante procedimento fiscalizatório na empresa Ômega S.A., o Auditor-Fiscal constatou o pagamento de verbas distintas aos trabalhadores.

Assinale a opção que indica a verba que integra o salário de contribuição para fins previdenciários.

- a) O aviso prévio indenizado pago em rescisão do contrato de trabalho.
- b) O valor recebido a título de participação nos lucros da empresa (PLR), paga segundo a Lei nº 10.101/2000.
- c) As horas extras laboradas com habitualidade pelos empregados do setor produtivo.
- d) O reembolso-creche pago em conformidade com os limites formais e etários da legislação.
- e) As diárias para viagem comprovadas, com valor equivalente a 60% do salário-base mensal.

98. A sociedade Beta Vigilância Ltda. prestou serviços de segurança armada contínua nas dependências da empresa Gama Mineração S.A. Na nota fiscal emitida, no valor bruto de R\$ 100.000,00, a tomadora efetuou a retenção de 11% a título de contribuição previdenciária.

Sobre o procedimento e as consequências da retenção, assinale a afirmativa correta.

- a) A responsabilidade pelo recolhimento do valor retido é da empresa prestadora, em até 30 dias.
- b) O valor retido poderá ser compensado pela prestadora no recolhimento das contribuições incidentes sobre sua folha.
- c) A tomadora permanece solidariamente responsável pelo total das contribuições previdenciárias da prestadora.
- d) O montante retido deve ser recolhido pela tomadora até o último dia útil do mês subsequente ao da prestação.
- e) A prestação de serviços de segurança privada, por sua natureza, é legalmente dispensada da retenção de 11%.

99. O diretor de uma indústria química descontou a contribuição previdenciária devida pelos empregados sobre a folha de pagamento de maio, mas reteve os valores na tesouraria para pagar despesas correntes de fornecedores, deixando de repassar o tributo à Previdência Social no prazo legal. Após regular procedimento administrativo, o crédito tributário foi definitivamente constituído.

Diante do fato, a conduta praticada:

- a) Amolda-se ao crime de apropriação indébita previdenciária, delito que prescinde de dolo específico.
- b) Configura crime de sonegação de contribuição previdenciária, que exige fraude na documentação fiscal.
- c) Constitui infração puramente administrativa, sendo atípica penalmente por inexistir apropriação pessoal dos recursos.
- d) Caracteriza crime contra a ordem tributária material, exigindo dano irreversível para o oferecimento da denúncia.
- e) Tem a punibilidade extinta de pleno direito caso a empresa apresente regular confissão em declaração acessória.

100. Um proprietário contratou, por empreitada, um construtor autônomo para edificar uma residência unifamiliar de 300 m², sem vínculo empregatício entre o dono e os operários contratados pelo construtor. Ao término da obra, nenhuma contribuição previdenciária havia sido recolhida.

Diante do caso e das regras de solidariedade da Lei nº 8.212/1991, é correto afirmar que:

- a) O proprietário do imóvel responde solidariamente com o construtor pelas contribuições devidas à Seguridade Social.
- b) A responsabilidade é estritamente pessoal e exclusiva do construtor, eximindo o dono do imóvel de qualquer pagamento.

- c) A cobrança das contribuições previdenciárias é nula por se tratar de obra de propriedade de pessoa física.
- d) O construtor responde subsidiariamente, cabendo à prefeitura arcar com as contribuições em caso de inadimplemento.
- e) A responsabilidade solidária depende de pactuação formal e expressa constante do contrato civil de empreitada.

101. O Governo Federal pretende criar uma nova contribuição social para o financiamento da seguridade social, tendo base de cálculo não prevista na Constituição Federal.

De acordo com o texto constitucional, a instituição dessa nova fonte de custeio:

- a) Exige lei ordinária e submete-se apenas ao princípio da anterioridade anual do exercício financeiro.
- b) Depende de lei complementar, deve ser não cumulativa e sujeita-se à anterioridade nonagesimal.
- c) Pode ser implementada por decreto presidencial, dispensando a observância de anterioridade mitigada.
- d) É vedada expressamente, haja vista que as bases constitucionais da seguridade são taxativas.
- e) Exige emenda constitucional prévia, sendo incabível a via legislativa complementar para essa finalidade.

102. Uma empresa de engenharia forneceu mensalmente aos seus empregados os seguintes benefícios:

1. Auxílio-alimentação creditado em dinheiro diretamente na conta dos empregados;
2. Vale-transporte fornecido em cartões do sistema público de transporte urbano local;
3. Uniformes e equipamentos de proteção individual (EPIs) para utilização no canteiro de obras.

Quanto à incidência da contribuição previdenciária, integra o salário de contribuição:

- a) Apenas o auxílio-alimentação pago em dinheiro.
- b) Apenas os uniformes e os equipamentos de proteção individual.
- c) Todas as três parcelas descritas, em razão do pagamento habitual.
- d) Apenas o vale-transporte e o auxílio-alimentação pago em dinheiro.
- e) Nenhuma das parcelas informadas, dada a natureza não salarial dos itens.

103. A empresa Delta deve recolher contribuições incidentes sobre a remuneração de seus empregados. Paulo, contribuinte individual que trabalha por conta própria, é responsável pelo recolhimento de sua própria contribuição.

Assinale a afirmativa correta.

- a) Ambos devem recolher até o dia 15 do mês seguinte à competência.
- b) A empresa recolhe, em regra, até o dia 20 do mês subsequente, enquanto Paulo recolhe até o dia 15.
- c) Ambos devem recolher até o dia 20 do mês seguinte à competência.
- d) A empresa recolhe até o dia 15, e Paulo até o dia 20.
- e) Ambos recolhem até o último dia útil do mês subsequente.

104. Uma fábrica contratou o autônomo Felipe para reparar seu telhado durante três dias, com remuneração ajustada em R\$ 2.000,00. Considere que Felipe não recebeu outras remunerações no mês e não atingiu o limite máximo do salário de contribuição, e que a empresa está submetida ao regime geral de incidência das contribuições patronais, não sendo optante por regime substitutivo.

Sobre a contribuição previdenciária incidente sobre esse pagamento, a empresa contratante deve:

- a) Reter 11% e recolher contribuição patronal de 20%.
- b) Reter 20% e recolher contribuição patronal de 11%.
- c) Reter 11%, ficando dispensada da cota patronal.
- d) Recolher apenas a contribuição patronal de 20%.
- e) Reter 8%, sem incidência de contribuição patronal.

DIREITO TRIBUTÁRIO*Fábio Dutra*

105. O Estado Alfa adotou a técnica da seletividade para o ICMS. Sua legislação estabeleceu alíquota geral de 18%, e submeteu as operações com energia elétrica e os serviços de telecomunicação à alíquota de 25%, justificando a diferenciação na necessidade de aumento da arrecadação. À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do STF, assinale a afirmativa correta.

- a) Uma vez adotada a seletividade, as alíquotas incidentes sobre energia elétrica e serviços de telecomunicação não podem ser superiores à alíquota geral, considerada a essencialidade desses bens e serviços.
- b) A seletividade do ICMS é obrigatória, de modo que todos os Estados devem estabelecer alíquotas diferentes para cada espécie de mercadoria ou serviço.
- c) A maior capacidade econômica presumida dos consumidores de energia elétrica permite a instituição da alíquota superior, independentemente da essencialidade do bem.
- d) O critério da essencialidade pode influenciar a base de cálculo, mas não produz efeitos sobre as alíquotas do ICMS.
- e) A alíquota superior somente será inconstitucional se o contribuinte demonstrar, concretamente, que a carga tributária possui efeito confiscatório

106. A respeito da constituição e da alteração do crédito tributário, assinale a afirmativa correta.

- a) O lançamento constitui atividade discricionária, permitindo à autoridade avaliar a conveniência de constituir o crédito.
- b) Quando o valor tributário estiver expresso em moeda estrangeira, a conversão deverá considerar o câmbio vigente na data da realização do lançamento.
- c) A legislação posterior ao fato gerador que amplie os poderes de investigação poderá ser aplicada ao

lançamento, inclusive para atribuir responsabilidade tributária a terceiro.

- d) Depois de regularmente notificado, o lançamento poderá ser alterado sempre que sobrevier modificação legislativa que aumente o tributo devido.
- e) A modificação dos critérios jurídicos adotados no lançamento, inclusive quando resultante de sentença arbitral proferida em arbitragem especial tributária e aduaneira, somente poderá alcançar, quanto ao mesmo sujeito passivo, fatos geradores posteriores à introdução do novo critério

107. A sociedade empresária Ômega deixou de pagar tributos cujos fatos geradores ocorreram em 2021, época em que Marcos exercia sua administração. Marcos retirou-se regularmente da sociedade em 2022. Ana assumiu a administração em 2023. Em 2025, já sob a gestão de Ana, a empresa deixou de funcionar em seu domicílio fiscal sem comunicar os órgãos competentes, ficando caracterizada a presunção de dissolução irregular. À luz da jurisprudência do STJ, assinale a afirmativa correta.

- a) A execução fiscal deverá ser redirecionada exclusivamente contra Marcos, pois ele exercia a administração na data dos fatos geradores.
- b) A execução fiscal poderá ser redirecionada contra Marcos e Ana, pois a condição de administrador, em qualquer momento, gera responsabilidade pelo passivo tributário da sociedade.
- c) O redirecionamento fundado na dissolução irregular poderá alcançar Ana, que administrava a sociedade quando configurada a dissolução, mas não Marcos.
- d) O redirecionamento não poderá alcançar Ana, porque ela ainda não integrava a sociedade na data dos fatos geradores.
- e) A dissolução irregular permite o redirecionamento contra Ana somente depois que a Fazenda comprovar que ela praticou pessoalmente os fatos geradores dos tributos executados

108. A respeito da imunidade tributária recíproca, analise as afirmativas a seguir.

- I. A imunidade é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo poder público, quanto ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes. Porém, a CF não prevê expressamente imunidade à empresa pública prestadora de serviço postal, sendo tal imunidade concedida por meio de jurisprudência pacífica do STF.
- II. A imunidade não se aplica ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com a exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário.
- III. A imunidade exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel objeto da promessa de compra e venda.

Está correto o que se afirma em:

- a) II, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III

109. Sociedade empresária sujeita ao regime regular do IBS e da CBS decidiu doar mercadorias a uma entidade assistencial, sem receber qualquer contraprestação ou vantagem em seu benefício. A aquisição das mercadorias havia permitido a apropriação de créditos de IBS e CBS. Considerando a Lei Complementar nº 214/2025, com as alterações da Lei Complementar nº 227/2026, assinale a afirmativa correta.

- a) A doação não sofrerá incidência dos tributos e permitirá a manutenção integral dos créditos anteriormente apropriados.

- b) A doação será obrigatoriamente tributada pelo custo histórico das mercadorias, vedada qualquer opção ao contribuinte.

- c) O contribuinte poderá optar entre tributar a doação com base no valor de mercado dos bens doados ou anular os créditos anteriormente apropriados.

- d) A incidência ocorrerá apenas se a entidade beneficiária não possuir certificação de entidade beneficente de assistência social.

- e) Toda doação realizada por contribuinte do regime regular é considerada operação onerosa, ainda que não haja contraprestação em benefício do doador

110. Considerando as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário previstas no CTN após a Lei Complementar nº 236/2026, analise as afirmativas a seguir.

- I. A proposta de transação aceita pela administração suspende a exigibilidade do crédito tributário, nos termos da legislação específica.

- II. A aceitação pelo credor, em execução fiscal, de apólice de seguro-garantia ou carta de fiança bancária suspende a exigibilidade enquanto a garantia permanecer em conformidade com as normas aplicáveis e não estiver caracterizado o sinistro.

- III. Se já estiver em curso a execução fiscal, a mera instituição da arbitragem especial tributária suspende automaticamente a exigibilidade, independentemente de garantia ou de outra causa prévia de suspensão.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, apenas.
- e) I, II e III

111. Sobre a interpretação e a integração da legislação tributária, avalie as afirmativas como verdadeiras ou falsas.

- I. O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.
- II. A equidade poderá dispensar o pagamento do tributo principal, desde que sejam mantidos os juros e as penalidades.
- III. Em caso de dúvida quanto à capitulação legal do fato ou à graduação da penalidade, a lei que define infrações ou comina penalidades deve ser interpretada da maneira mais favorável ao acusado.

A sequência correta é:

- a) F – V – F.
- b) V – V – F.
- c) F – F – V.
- d) V – F – V.
- e) V – F – F

112. A respeito da competência tributária e das funções administrativas relacionadas à tributação, consoante as normas previstas no Código Tributário Nacional, assinale a afirmativa incorreta.

- a) A competência tributária é indelegável, embora determinadas funções de arrecadação, fiscalização e execução possam ser atribuídas por uma pessoa jurídica de direito público a outra.
- b) A atribuição das funções administrativas tributárias compreende as garantias e os privilégios processuais da pessoa jurídica de direito público que a conferir.
- c) A atribuição de funções administrativas tributárias pode ser revogada a qualquer tempo por ato unilateral da pessoa jurídica de direito público que a tenha conferido.
- d) O não exercício da competência tributária não a transfere para outra pessoa jurídica de direito público.

e) A fiscalização tributária e o poder de praticar atos administrativos de lançamento podem ser delegados a pessoa jurídica de direito privado, desde que a lei instituidora do tributo assim determine

113. Sobre o enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, assinale a afirmativa correta.

- a) Considera-se microempresa aquela que aufera receita bruta anual igual ou inferior a quatrocentos mil reais.
- b) Considera-se empresa de pequeno porte aquela que aufera receita bruta anual superior a trezentos e sessenta mil reais e igual ou inferior a três milhões e seiscentos mil reais.
- c) Para fins de enquadramento, poderão ser auferidas receitas no mercado interno até o limite legal e, adicionalmente, receitas de exportação de mercadorias ou serviços, desde que estas também não excedam o respectivo limite anual.
- d) A participação minoritária de outra pessoa jurídica no capital da empresa não impede o tratamento diferenciado.
- e) A sociedade anônima de capital fechado poderá beneficiar-se do tratamento diferenciado, desde que respeite o limite de receita bruta

114. Em 10 de janeiro de 2024, determinada sociedade empresária efetuou duas vezes o pagamento do mesmo tributo municipal. O erro foi identificado em setembro de 2026, quando ainda não havia sido formulado protesto administrativo. Considerando o CTN, assinale a afirmativa correta.

- a) O direito à restituição está extinto, pois o pedido deveria ter sido apresentado em até dois anos do pagamento.
- b) A ausência de prévio protesto administrativo impede a restituição do valor pago em duplicidade.
- c) A sociedade poderá pleitear a restituição, independentemente de prévio protesto, dentro do prazo de cinco anos contado da extinção do crédito tributário.
- d) A restituição dependerá de prova de que o pagamento em duplicidade decorreu de erro praticado pela própria administração tributária.
- e) O Município poderá recusar a restituição sob o fundamento de que pagamentos espontâneos são irrepetíveis

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Eduardo da Rocha

115. A sociedade empresária Tecidos do Nordeste Ltda. transfere mercadorias de seu estabelecimento situado em Pernambuco para outro estabelecimento próprio em Alagoas. Ambos pertencem ao mesmo contribuinte, e a transferência é documentada por nota fiscal eletrônica.

À luz da LC 214/2025, assinale a alternativa correta:

- a) O IBS e a CBS incidem sobre a transferência por envolver estabelecimentos localizados em Estados diferentes.
- b) A não incidência somente se aplica às transferências de bens do ativo imobilizado.

c) O IBS e a CBS não incidem sobre a transferência entre estabelecimentos do mesmo contribuinte, mantida a obrigação de emitir documento fiscal eletrônico.

d) A operação é tributada no estabelecimento remetente, com diferimento do pagamento até a venda da mercadoria pelo destinatário.

e) A não incidência depende de o remetente não ter apropriado créditos na aquisição das mercadorias

116. Uma empresa vende um equipamento pelo preço de R\$ 10.000,00. Além disso, cobra R\$ 500,00 pelo transporte efetuado por sua conta e ordem e R\$ 300,00 de juros pelo parcelamento. Concede também desconto de R\$ 1.000,00, lançado no documento fiscal e sem depender de evento posterior. O documento registra ainda R\$ 600,00 de IPI incidente na operação.

Considerando apenas os dados apresentados, de acordo com a LC 214/2025, qual é a base de cálculo do IBS e da CBS nessa operação?

- a) R\$ 9.000,00.
- b) R\$ 9.800,00.
- c) R\$ 10.000,00.
- d) R\$ 10.400,00.
- e) R\$ 10.800,00

117. Uma empresa paulista vende uma máquina e a entrega ao destinatário em Minas Gerais. Em operação distinta, uma transportadora leva carga de São Paulo a Minas Gerais, onde a disponibiliza ao destinatário indicado no documento fiscal. Por fim, outra empresa transporta passageiros do Rio de Janeiro para o Espírito Santo, iniciando a viagem no Rio de Janeiro.

De acordo com a LC 214/2025, e considerando separadamente **a venda da máquina, a prestação do transporte de carga e a prestação do transporte de passageiros**, quais são, nessa ordem, os locais dessas operações para fins do IBS e da CBS?

- a) Minas Gerais; Minas Gerais; Rio de Janeiro.
- b) São Paulo; São Paulo; Espírito Santo.
- c) Minas Gerais; São Paulo; Rio de Janeiro.
- d) Minas Gerais; Minas Gerais; Espírito Santo.
- e) São Paulo; Minas Gerais; Rio de Janeiro

118. Com base na LC 214/2025, analise as afirmativas abaixo sobre créditos de IBS e CBS em operação na qual o fornecedor é optante pelo Simples Nacional e não optou pela apuração dos dois tributos no regime regular.

- I. O fornecedor optante pelo Simples Nacional não poderá apropriar créditos de IBS e CBS relativos às suas aquisições.
- II. O adquirente sujeito ao regime regular poderá apropriar créditos correspondentes aos valores de IBS e CBS devidos pelo fornecedor por meio do Simples Nacional.
- III. O adquirente poderá utilizar créditos de CBS para compensar débitos de IBS, desde que ambos decorram da mesma aquisição.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas

119. Uma empresa brasileira presta, de forma remota, serviço de manutenção de servidores localizados no exterior para uma sociedade domiciliada fora do País. O serviço é consumido integralmente no exterior, e a prestadora adquiriu, no Brasil, bens e serviços utilizados na atividade.

Considerando a LC 214/2025, assinale a alternativa correta:

- a) A prestação está sujeita ao IBS e à CBS porque o trabalho foi executado a partir do Brasil.
- b) A exportação é imune, mas obriga a prestadora a anular todos os créditos das aquisições anteriores.
- c) O serviço somente será considerado exportado se o pagamento ocorrer em moeda estrangeira.
- d) A operação é imune à CBS, mas sujeita ao IBS em razão do domicílio da prestadora.
- e) A operação configura exportação imune ao IBS e à CBS, preservado o direito de apropriar e utilizar créditos relativos às aquisições da exportadora

120. Uma empresa sujeita ao regime regular do IBS e da CBS adquire joias exclusivamente para revenda, uniformes utilizados por seus empregados no trabalho, vinho destinado a uma confraternização da diretoria e um veículo para uso particular de um sócio. Considerando atendidos os demais requisitos legais para apropriação de créditos nas aquisições que a admitirem, segundo a LC 214/2025 quais aquisições podem gerar créditos de IBS e CBS para a empresa?

- a) As joias para revenda e os uniformes utilizados no trabalho.
- b) As joias para revenda e o vinho destinado à confraternização.
- c) Os uniformes utilizados no trabalho e o veículo de uso particular do sócio.
- d) Apenas as joias para revenda.
- e) Todas as aquisições descritas no enunciado

121. Com base nas disposições da LC 214/2025 sobre o Imposto Seletivo, analise as afirmativas abaixo:

- I. O imposto incide em cada etapa sucessiva de comercialização do mesmo bem, permitindo o aproveitamento de créditos relativos às etapas anteriores.
- II. O imposto não incide sobre operações com energia elétrica e com telecomunicações.
- III. A administração e a fiscalização do imposto competem à Receita Federal do Brasil.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta

122. Uma empresa sujeita ao regime regular recebe a apuração assistida do IBS e da CBS relativa a determinado período mensal. A empresa não se manifesta até o término do prazo para conclusão da apuração. Posteriormente, a fiscalização identifica diferenças tributárias referentes ao mesmo período.

De acordo com a LC 214/2025, assinale a alternativa correta:

- a) A falta de manifestação impede a constituição do crédito tributário, que dependerá de lançamento de ofício de todos os débitos.
- b) Presume-se correto o saldo da apuração assistida e considera-se constituído o crédito tributário, sem prejuízo do lançamento de ofício das diferenças posteriormente verificadas.
- c) A ausência de manifestação torna a apuração definitiva e impede a cobrança de diferenças identificadas em fiscalização posterior.
- d) Caso discorde da apuração assistida, o contribuinte poderá substituí-la por apuração independente, sem realizar ajustes na apuração apresentada.

- e) A apuração assistida do IBS e a da CBS devem ser realizadas sem uniformidade ou sincronização entre si

COMÉRCIO INTERNACIONAL

Ricardo Vale

123. Considere dois países que atendem aos pressupostos do modelo de Heckscher-Ohlin. O país Alfa é relativamente abundante em capital, enquanto o país Beta é relativamente abundante em trabalho. Máquinas são bens intensivos em capital, e tecidos são bens intensivos em trabalho.

Segundo esse modelo, a abertura ao comércio tende a fazer com que:

- a) Alfa exporte tecidos, aproveitando a escassez relativa de trabalho em sua economia.
- b) Ambos exportem máquinas, pois bens intensivos em capital sempre apresentam menor custo de oportunidade.
- c) Alfa exporte máquinas e Beta exporte tecidos, de acordo com suas dotações relativas de fatores.
- d) Beta exporte máquinas, porque o fator relativamente escasso determina sua vantagem comparativa.
- e) O comércio dependa da transferência internacional dos fatores de produção antes da troca de bens

124. Um grupo de países elimina as tarifas incidentes sobre substancialmente todo o comércio entre seus integrantes e adota uma tarifa externa comum. Entretanto, não estabelece a livre circulação de trabalhadores e capitais entre os membros.

Na classificação dos estágios de integração econômica, o arranjo descrito corresponde a:

- a) uma união aduaneira.
- b) uma área de livre comércio.
- c) um mercado comum.
- d) uma união econômica e monetária.
- e) uma zona de preferências tarifárias

125. O país X, membro da OMC, reduz de 12% para 5% a tarifa de importação de determinado produto originário do país Y, também membro da organização. Mantém, porém, a tarifa de 12% para o produto similar originário dos demais membros. Considere que não há acordo preferencial, dispensa ou outra exceção juridicamente aplicável.

Essa diferenciação contraria diretamente:

- a) o princípio do tratamento nacional, que proíbe qualquer tarifa sobre produtos estrangeiros.
- b) o princípio da reciprocidade, que exige tarifas numericamente idênticas entre todos os membros.
- c) a proibição de restrições quantitativas, porque qualquer diferença tarifária equivale a uma quota.
- d) o princípio da transparência, sendo suficiente publicar a medida para sanar a discriminação.
- e) a cláusula da nação mais favorecida, que exige estender a vantagem tarifária ao produto similar dos demais membros

126. Uma venda internacional de café a granel foi contratada sob a regra CIF Porto de Roterdã, Incoterms 2020, sem alterações convencionais. O vendedor embarcou regularmente a mercadoria no navio, no porto de origem, e contratou o frete e o seguro exigidos. Durante a viagem, uma tempestade causou avaria à carga, sem inadimplemento atribuível ao vendedor.

Quanto à distribuição contratual dos riscos, assinale a alternativa correta.

- a) O risco permanece com o vendedor até a descarga em Roterdã, pois ele paga o frete internacional.
- b) O risco já havia sido transferido ao comprador quando a mercadoria foi colocada a bordo no porto de embarque, embora o vendedor deva contratar frete e seguro até o destino indicado.
- c) A contratação do seguro pelo vendedor impede a transferência dos riscos ao comprador durante toda a viagem.
- d) O risco somente se transfere ao comprador após o desembarque de importação nos Países Baixos.
- e) O risco se transfere ao comprador quando a mercadoria é colocada ao lado do navio, antes de seu carregamento

127. Em uma investigação, apurou-se que o valor normal de determinado produto é de US\$ 150 por unidade e seu preço de exportação para o Brasil é de US\$ 120 por unidade. Os valores estão no mesmo nível de comércio, são comparáveis e dispensam ajustes. Ainda não foram concluídas as análises de dano e de causalidade.

Assinale a alternativa correta.

- a) A margem absoluta de dumping é de US\$ 30, autorizando, por si só, a aplicação imediata de direito antidumping definitivo.
- b) Não há dumping se o preço de exportação superar o custo de produção, ainda que seja inferior ao valor normal.
- c) A diferença entre os preços caracteriza subsídio e deve ser neutralizada exclusivamente por medida compensatória.
- d) A margem absoluta de dumping é de US\$ 30, mas a aplicação de direito antidumping definitivo exige também a determinação de dano à indústria doméstica e de nexo causal, mediante o procedimento cabível.
- e) A margem absoluta de dumping é de US\$ 270, correspondente à soma dos valores comparados

128. A evolução do Sistema Monetário Internacional revela diferentes mecanismos de ajuste dos desequilíbrios externos e de provisão de liquidez. Considerando o padrão-ouro, o padrão câmbio-ouro, o sistema de Bretton Woods e sua ruptura, assinale a alternativa correta.

- a) No sistema de Bretton Woods, os déficits externos dos Estados Unidos contribuíram para ampliar a liquidez internacional, mas o acúmulo de dólares no exterior podia enfraquecer a confiança em sua conversibilidade em ouro, caracterizando o dilema de Triffin.
- b) No mecanismo teórico de ajuste do padrão-ouro, um déficit comercial provocava saída de ouro, expansão da oferta monetária e aumento dos preços domésticos, favorecendo a recuperação da competitividade das exportações.
- c) O padrão câmbio-ouro do período entreguerras procurou ampliar a liquidez internacional mediante a exigência de que as reservas dos países fossem constituídas exclusivamente de ouro, afastando o uso de moedas estrangeiras conversíveis no metal.
- d) O sistema de Bretton Woods adotou paridades cambiais fixas e proibiu sua alteração mesmo diante de desequilíbrio fundamental, de modo que a estabilidade cambial dependia da imutabilidade das paridades inicialmente declaradas.
- e) O encerramento da conversibilidade do dólar em ouro, em 1971, eliminou a restrição descrita pelo trilema de Mundell, permitindo combinar câmbio fixo, livre mobilidade de capitais e autonomia da política monetária

129. A compreensão do MERCOSUL exige distinguir seus objetivos de integração, sua estrutura institucional, a aplicação de suas normas, a política comercial comum e o sistema de solução de controvérsias. Sobre esses aspectos, assinale a alternativa correta.

- a) O Tratado de Assunção fixou como objetivo final a constituição de uma união aduaneira, sem incluir a livre circulação de fatores produtivos entre os Estados Partes no projeto de integração.
- b) O Conselho do Mercado Comum, o Grupo Mercado Comum e a Comissão de Comércio do MERCOSUL são órgãos decisórios intergovernamentais, cujas decisões são tomadas por maioria dos Estados Partes presentes.
- c) A obrigatoriedade das normas emanadas dos órgãos decisórios do MERCOSUL implica sua aplicação direta nos ordenamentos nacionais desde a aprovação, dispensando a incorporação interna de todas essas normas.
- d) A existência de listas de exceções à Tarifa Externa Comum confere aos Estados Partes liberdade geral para fixar unilateralmente suas tarifas de importação perante terceiros países, sem observar os limites dos mecanismos acordados no bloco.
- e) Concluída a fase de negociações diretas, os Estados partes na controvérsia podem acordar expressamente o acesso direto ao Tribunal Permanente de Revisão, que atuará em instância única, sem necessidade de prévio laudo de tribunal arbitral ad hoc

130. Sobre a estrutura das nomenclaturas e os critérios de classificação fiscal de mercadorias, assinale a alternativa correta.

- a) A Nomenclatura Comum do MERCOSUL utiliza oito dígitos, dos quais os quatro primeiros correspondem ao Sistema Harmonizado e os quatro últimos constituem desdobramentos regionais em subposições, itens e subitens.
- b) Pela RGI nº 1, os títulos das seções e dos capítulos constituem fundamento legal autônomo para a classificação, prevalecendo sobre o texto das posições quando descrevem com maior precisão a natureza da mercadoria.
- c) Pela RGI nº 3-a, posições que se refiram, cada uma, a apenas parte das matérias de um produto misturado são consideradas igualmente específicas em relação a esse produto, ainda que uma delas o descreva de forma mais precisa ou completa.
- d) Pela RGI nº 6, a comparação entre subposições de uma mesma posição pode envolver níveis distintos, desde que a subposição escolhida apresente a descrição mais específica da mercadoria.
- e) As Notas Explicativas do Sistema Harmonizado têm função interpretativa e podem afastar uma Nota de Capítulo quando a descrição técnica da mercadoria nelas contida conduzir a classificação diferente

LEGISLAÇÃO ADUANEIRA*Ricardo Vale*

131. Sobre o território aduaneiro e a jurisdição dos serviços aduaneiros, assinale a alternativa correta.

- a) O território aduaneiro exclui a Zona Franca de Manaus e as áreas de livre comércio.
- b) O território aduaneiro compreende todo o território nacional, e a jurisdição dos serviços aduaneiros abrange as zonas primária e secundária.
- c) A zona secundária compreende apenas áreas terrestres, excluídos o espaço aéreo e as águas territoriais.
- d) A jurisdição aduaneira se encerra quando a mercadoria deixa a zona primária.
- e) A zona primária abrange necessariamente toda a extensão dos municípios que possuem portos alfandegados

132. Uma mercadoria é importada sob o regime comum, com incidência do Imposto de Importação à alíquota ad valorem. Nesse caso, a base de cálculo do imposto é:

- a) o preço de revenda da mercadoria no mercado interno.
- b) a quantidade importada expressa em quilogramas, independentemente de seu valor.
- c) o valor da fatura comercial, obrigatoriamente, sem possibilidade de ajustes.
- d) o valor aduaneiro apurado segundo as normas do Acordo de Valoração Aduaneira.
- e) o preço de um produto nacional similar, acrescido do frete interno

133. No despacho de importação, o ato pelo qual se registra a conclusão da conferência aduaneira denomina-se:

- a) desembaraço aduaneiro.
- b) licenciamento de importação.
- c) registro da declaração de importação.
- d) revisão aduaneira.
- e) lançamento de ofício

134. A respeito da incidência e das hipóteses que não constituem fato gerador do Imposto de Importação, previstas nos arts. 70, 71 e 74 do Regulamento Aduaneiro, assinale a alternativa correta.

- a) A mercadoria nacional ou nacionalizada exportada em consignação e não vendida no prazo autorizado é considerada estrangeira, para fins de incidência do imposto, quando retorna ao País.
- b) A não incidência na reposição de mercadoria que se revelou defeituosa após o desembaraço exige que a substituta seja idêntica e em igual quantidade, mas admite valor superior ao da mercadoria anteriormente importada.
- c) A hipótese de não incidência relativa à devolução de mercadoria estrangeira ao exterior, prevista no art. 71, inciso IV, tem como limite temporal o desembaraço aduaneiro, admitindo a devolução após o registro da declaração de importação.
- d) A entrada de pescado capturado fora das águas territoriais brasileiras não constitui fato gerador do imposto, independentemente da localização da empresa responsável pela captura, desde que cumpridas as exigências da atividade pesqueira.
- e) A entrada de mercadoria à qual tenha sido aplicado o regime de exportação temporária não constitui fato gerador do imposto, mesmo que o regime tenha sido descumprido, sem prejuízo da multa prevista para esse descumprimento

135. Uma carga estrangeira chega a um porto alfandegado e será transportada, sob controle aduaneiro, para um porto seco no interior do Brasil, onde se realizará seu despacho para consumo. Foi regularmente concedido o regime de trânsito aduaneiro.

Nesse caso:

- a) o pagamento dos tributos fica definitivamente dispensado com a saída da carga do porto marítimo.
- b) o regime se encerra no momento em que o veículo cruza os limites da zona primária.
- c) o transporte ocorre com suspensão do pagamento de tributos, e o regime subsiste até que a unidade de destino conclua o trânsito aduaneiro.
- d) a chegada física da carga ao porto seco, por si só, conclui o regime, independentemente da atuação da unidade de destino.
- e) o regime somente seria admissível se a carga tivesse como destino final outro país

136. Sobre as hipóteses de aplicação da pena de perdimento e o respectivo processo administrativo aduaneiro, assinale a alternativa correta.

- a) O erro de classificação fiscal na Nomenclatura Comum do MERCOSUL, por si só, constitui hipótese de perdimento da mercadoria, ainda que sua descrição esteja correta e não haja outra infração.
- b) Na hipótese de veículo que conduza mercadoria sujeita a perdimento, a aplicação dessa pena ao veículo exige que ele pertença ao responsável pela infração, devendo a responsabilidade do proprietário ser demonstrada em procedimento regular.
- c) Após a aplicação do perdimento de mercadoria considerada abandonada pelo decurso do prazo em recinto alfandegado, o importador pode requerer a conversão da pena em multa equivalente ao valor aduaneiro, inclusive depois de efetuada a destinação da mercadoria.

d) A aplicação da pena de perdimento de mercadorias e veículos é formalizada pelo termo de apreensão, sendo dispensável o auto de infração quando os elementos de prova já demonstrarem o ilícito.

e) O julgamento administrativo da impugnação à pena de perdimento ocorre em instância única, de modo que a decisão desfavorável ao autuado somente pode ser contestada perante o Poder Judiciário

137. Uma empresa descumpriu obrigação prevista em norma aduaneira. Em sua defesa, demonstrou que a omissão foi involuntária e não produziu prejuízo financeiro ao erário. Considere que a infração está comprovada e que não existe disposição expressa que condicione a responsabilidade à intenção do agente ou à ocorrência de dano.

De acordo com a regra geral do Regulamento Aduaneiro:

- a) a ausência de prejuízo ao erário impede a caracterização de qualquer infração aduaneira.
- b) a responsabilidade depende da comprovação de intenção específica de fraudar a fiscalização.
- c) a conduta somente pode ser punida após condenação criminal definitiva.
- d) a ausência de intenção e de prejuízo financeiro, por si só, não afasta a responsabilidade pela infração.
- e) a omissão involuntária deve ser convertida obrigatoriamente em mera advertência

138. Dois equipamentos estrangeiros ingressam temporariamente no Brasil, em operações distintas e regularmente autorizadas. O equipamento I será utilizado exclusivamente em exposição, sem utilização econômica, sob admissão temporária com suspensão total. O equipamento II será empregado na prestação de serviços remunerados a terceiros, durante oito meses completos, sob admissão temporária para utilização econômica.

Na importação definitiva do equipamento II, o Imposto de Importação seria de R\$ 200.000. Considere apenas esse imposto, sem estender o cálculo a outros tributos, e suponha inexistirem isenções ou regras especiais que afastem a proporcionalidade ordinária.

Assinale a alternativa correta.

- a) Ambos os equipamentos têm suspensão total do imposto, pois a permanência é temporária.
- b) O equipamento I deve recolher 8% do imposto, e o equipamento II deve recolher integralmente R\$ 200.000.
- c) O equipamento I tem suspensão total, e o equipamento II deve recolher R\$ 2.000 por toda a permanência, independentemente do número de meses.
- d) O equipamento I tem suspensão total, e o equipamento II deve recolher R\$ 184.000, mantendo suspensos R\$ 16.000.
- e) O equipamento I tem suspensão total, e o equipamento II deve recolher R\$ 16.000, correspondentes a 1% do imposto originalmente devido por mês de concessão do regime

139. Uma empresa constituiu, em termo de responsabilidade, obrigações fiscais suspensas em razão de regime aduaneiro especial. Posteriormente, foi constatado descumprimento do compromisso assumido. Considere as seguintes afirmações sobre esse instrumento e sua exigência:

- I. O termo de responsabilidade constitui título representativo de direito líquido e certo da Fazenda Nacional quanto às obrigações fiscais nele constituídas.
- II. As multas decorrentes de eventual descumprimento do compromisso já integram, desde a assinatura, o crédito tributário constituído no termo de responsabilidade.
- III. A exigência do crédito deve ser precedida de intimação para manifestação sobre o descumprimento e de revisão do processo vinculado ao termo, à vista da manifestação apresentada, para ratificação ou liquidação do crédito.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III

140. Considerando a legislação vigente sobre destinação de mercadorias, representação fiscal para fins penais e controle aduaneiro, assinale a alternativa correta.

- a) As mercadorias perecíveis podem ser destinadas após a apreensão, sem necessidade de aguardar decisão administrativa de primeira instância; para as mercadorias sujeitas à regra geral, a pendência de apreciação judicial não impede, por si só, a destinação após decisão administrativa de primeira instância desfavorável ao autuado, ressalvada determinação judicial expressa em contrário.
 - b) Se decisão administrativa ou judicial determinar a restituição de mercadoria já destinada, a indenização ao interessado será custeada pelo FUNDAF e terá como base o valor obtido na alienação, em substituição ao valor declarado para cálculo do imposto de importação ou de exportação.
 - c) A exigência de decisão administrativa final para o encaminhamento da representação fiscal relativa a crimes contra a ordem tributária impede que o Auditor-Fiscal formalize essa representação enquanto estiver pendente a discussão administrativa do crédito tributário.
 - d) A revisão aduaneira de uma importação deve ser concluída em cinco anos contados do desembaraço, considerando-se concluída com a lavratura do auto de infração, ainda que a ciência da exigência ao interessado ocorra posteriormente.
 - e) A decisão administrativa final sobre a exigência do crédito autoriza o encaminhamento da representação fiscal relativa a crime contra a ordem tributária ao Ministério Público, mesmo durante a permanência do contribuinte em parcelamento regularmente concedido, pois este interfere apenas na cobrança do crédito
-

Questão Discursiva 1

A legislação aduaneira brasileira, estruturada no Decreto-Lei nº 37/1966, no Decreto-Lei nº 1.455/1976 e no Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759/2009, comina penalidades de espécies diversas às infrações apuradas no controle do comércio exterior. A que recai sobre o próprio bem concentra os debates doutrinários e jurisprudenciais acerca de fundamentos, requisitos e limites.

Considerando o tema tratado no texto acima, redija uma questão discursiva que responda ao(s) seguinte(s) tópico(s):

- a) Diferencie as espécies de penalidades cominadas às infrações à legislação aduaneira e indique a quem competem a proposição e a aplicação de cada uma;
- b) Examine a natureza jurídica e o fundamento da pena de perdimento, bem como os limites a que se submete a sua imposição;
- c) Aprecie o alcance da denúncia espontânea em matéria aduaneira e as hipóteses em que a pena de perdimento já aplicada pode deixar de subsistir.

Resposta em até 30 linhas

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Questão Discursiva 2

A Metalúrgica Vale do Sapucaí Ltda., estabelecida em Pouso Alegre (MG), apura o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica pelo lucro real anual. Em 30 de julho de 2023, transmitiu a escrituração e a declaração de débitos referentes ao ano-calendário de 2022, nas quais informou imposto de R\$ 1.480.000,00, e recolheu R\$ 920.000,00 até o vencimento, sem quitar o restante.

Em março de 2025, unidade da Receita Federal do Brasil iniciou procedimento fiscal na empresa. Do confronto entre os créditos em conta corrente e as saídas escrituradas, resultaram vendas de R\$ 3.200.000,00 fora da apuração do período. Intimada duas vezes, a empresa não exibiu os livros auxiliares e juntou notas fiscais com preços unitários inferiores aos dos contratos e dos comprovantes de recebimento. A fiscalização fixou os preços a partir de operações da própria empresa com produtos idênticos no mesmo período e, em 15 de julho de 2025, lavrou auto de infração de R\$ 800.000,00 de imposto sobre as vendas não escrituradas, apurado com o emprego de método de cruzamento de dados criado por lei publicada em 2024, e multa calculada pelo percentual dessa mesma lei, superior ao que vigia em 2022. A empresa foi cientificada em 22 de julho de 2025.

Com base na situação hipotética, redija uma questão discursiva que responda ao(s) seguinte(s) tópico(s):

- a) Discorra sobre a modalidade de lançamento a que se submete o tributo apurado pela empresa e sobre os efeitos, quanto ao valor informado e não recolhido, da declaração transmitida em 2023;
- b) Avalie o fundamento da exigência formalizada no auto de infração e o procedimento adotado pela fiscalização para fixar os preços das operações não escrituradas;
- c) Determine a legislação aplicável ao lançamento quanto ao método de apuração empregado e quanto ao percentual da multa, bem como as vias de alteração do lançamento após a ciência da empresa.

Resposta em até 30 linhas

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
